

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



CURITIBA
2017

DIRETORA GERAL

Tânia Maria Acco

ASSISTENTE DA DIREÇÃO GERAL

Rosemeri do Rocio D. Schier

SECRETÁRIO GERAL

Gilberto Pereira Rodrigues

DIREÇÃO AUXILIAR

Manhã – Eduardo Gonçalves

Tarde- Robson A. Gaieveski

Noite – Leonardo P. Camargo

CHEFE DA DIVISÃO EDUCACIONAL

Andresa Cristina Pisa

Elisângela Belniaki Hochuli

Maria Eleniz Ferreira Elias

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO DO PPP 2017

Andresa Cristina Pisa

Elisângela Belniaki Hochuli

Gilberto Pereira Rodrigues

Maria Eleniz Ferreira Elias

Maria Eneida Fantin

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	10
3. IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.....	21
3.1 SÍMBOLOS OFICIAIS	21
3.2 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO	24
4. CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	25
4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	25
4.1.1 Caracterização de cada setor	27
4.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA.....	30
4.2.1 Ofertas de Ensino	30
4.3 FORMAS DE INGRESSO NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	35
4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	35
4.5 ESPAÇO FÍSICO.....	36
4.5.1 Espaço físico e atividades pedagógicas	37
4.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS	52
5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR	55
6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	56
6.1 CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR	56
6.2 CURRÍCULO E GESTÃO NO CEP	59
6.3 A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	61
6.3.1 Aspectos Epistemológicos e Pedagógicos.....	62
6.3.2 O Trabalho como princípio educativo.....	67
6.3.3 O currículo na perspectiva histórico-crítica: a questão do conhecimento.....	71
6.3.4 O papel da escola e os sujeitos da educação	74
6.3.5 A estrutura disciplinar e a integração curricular.....	76
6.4 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO	78
6.4.1 Educação Inclusiva.....	82
6.5 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	86
6.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	88
7. PROPOSIÇÃO DE AÇÕES - METAS.....	94
7.1 ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES	94

7.2 APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR	97
7.3 REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVA	97
7.4 ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE ESCOLAR.....	98
7.5 QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.	101
7.6 AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO E O DESEMPENHO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.....	102
7.7 MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OFERTADA	104
7.8 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA	105
8. REFERÊNCIAS.....	108

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual do Paraná (CEP) tem a finalidade de explicitar a intenção de construção coletiva de uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente educadores, pais, estudantes, agentes educacionais e comunidade. A elaboração do PPP é uma necessidade, haja vista que toda escola precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social, renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura.

No Paraná, a legislação que deu início à regulamentação dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas foi a deliberação 014/99 do Conselho Estadual de Educação. Nessa deliberação o PPP é mencionado como Proposta Pedagógica, bem como nos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que também se refere ao documento como Projeto Pedagógico (art. 14, inciso I). Numa ou noutra terminologia é proposto com o objetivo de democratizar e descentralizar as decisões pedagógicas, organizacionais e jurídicas da escola, com vistas à participação de todos os envolvidos no processo de educação escolar. Porém, na deliberação do CEE/PR está conceituada de acordo com os fundamentos da teoria pós-moderna.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica o termo Projeto Político-Pedagógico ganha uma conceituação definitiva.

O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias (DCN Educação Básica, 2013, p. 47).

Este projeto é, além de uma síntese de ideias, reflexões, situações e propostas, o retrato do Colégio em suas realidades, intenções e necessidades. É o projeto de construção de escola e estabelece a forma de organização que vislumbra a formação para a cidadania tendo por princípios a autonomia e a democracia.

Portanto, é o projeto político-pedagógico que integra as atividades e não o contrário. Todas as propostas integradoras dentro da escola devem partir de uma concepção maior que toma o trabalho como princípio educativo - ou seja, relacionar a teoria e a prática, fundamentando-se, de modo crítico, na sociedade em que vivemos.

1. INTRODUÇÃO

No Paraná, o mais recente documento legal que orienta a elaboração, define a estrutura e usa a terminologia Projeto Político Pedagógico é a Instrução SEED/ SUED nº 07/2010.

Segundo essa instrução o PPP deve expressar a autonomia e identidade do estabelecimento do ensino, e é amparado pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda a população¹. Ainda segundo a instrução o PPP constitui-se nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas tendo em vista a função primeira da escola pública que é o acesso ao conhecimento.

Assim, “O Projeto Político-Pedagógico deverá ser discutido, aprovado e acompanhado em sua efetivação pelo Conselho Escolar, conforme previsto no artigo 6º, § 1º da Deliberação N° 16/99 – CEE. O PPP em seus encaminhamentos, fundamentos e princípios deve ser legitimado pelo Regimento Escolar, o qual, da mesma forma, deve ser construído e definido coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar” (Instrução SEED/SUED n.07/2010, p. 2).

No que se refere ao processo de construção do PPP a referida instrução destaca:

III. Quanto à elaboração do Projeto Político-Pedagógico

1. O Projeto Político-Pedagógico, em consonância com o princípio da gestão democrática, deverá ser construído de forma coletiva, isto é com a participação de toda a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos, pais ou responsáveis, diretor e professores pedagogos, de acordo com o firmado no artigo 2º da Deliberação N.14/99 – CEE e no artigo 4º da Deliberação N.16/99 - CEE.
2. Cabe ao diretor da unidade escolar, juntamente com a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar.
3. O Projeto Político-Pedagógico deverá ser elaborado a partir do mapeamento de todas as condições concretas do estabelecimento de ensino e da comunidade escolar: diagnóstico da comunidade e do perfil sócio econômico (Instrução SEED/SUED n.07/2010, p. 2).

¹ Por este motivo, qual seja, entender que o estabelecimento de ensino tem a prerrogativa de explicitar a sua base filosófica e metodológica, bem como pelo fato de se conceber que todo ato educativo é sim um ato político que expressa uma visão de mundo, de escola e de sociedade é que optou-se pelo termo Projeto Político Pedagógico. A utilização do termo político no projeto deve ser compreendida como intencional, pois segundo Veiga “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 1995,p.13).

Dessa forma, a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, tem como pressuposto diagnosticar as necessidades da prática pedagógica, identificando os elementos legais e conceituais que fundamentam esta prática. Deste diagnóstico e fundamentação, decorre, no âmbito das decisões coletivas, o plano de ação do estabelecimento de ensino. Neste sentido, o PPP:

1. Constitui-se no fundamento legal, conceitual, filosófico, ideológico, metodológico e operacional das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento;
2. Expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica, por meio dos quais são subsidiadas as decisões, conduzidas as ações, definidos os programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, discutidos os impactos destes programas sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como feita a análise dos seus resultados;
3. Constrói-se a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar a prática pedagógica.

Equivale dizer, fundamentalmente, que a dinâmica do Projeto Político-Pedagógico deve expressar uma lógica entre diagnosticar as fragilidades e necessidades, buscar proposições e fundamentá-las. Isto significa que todas as ações previstas no plano de ação devem ser o resultado do que foi levantado na prática pedagógica. Esta prática, por sua vez, pode ser analisada a partir dos próprios eixos da organização do trabalho pedagógico, quais sejam: gestão, currículo, planejamento, processo de ensino e aprendizagem e avaliação. Todos os demais elementos da prática pedagógica advêm destes eixos.

Destaca-se, ainda, que durante este processo a orientação da reconstrução do Projeto Pedagógico foi sistematizada em três eixos: Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional² de acordo com a Instrução SEED/SUED nº 07/2010.

A orientação de construir o projeto em Marcos, ainda que fosse mais didática,

² □A forma de organização deste documento não segue a orientação dos “marcos” (marco situacional, conceitual e operacional). Tal organização (dos marcos) segue as orientações das primeiras literaturas do assunto quando havia necessidade de empoderar e orientar as escolas na elaboração dos seus projetos de forma didática. No entanto, entende-se que, neste momento histórico, já apropriada a forma didática (sistematizada na instrução SEED/SUED nº 07/10) de organizar o projeto, os marcos estão dialeticamente dispostos no documento. A referência a cada um dos marcos estará presente toda vez que se fizer necessário destacá-los com vistas a evidenciar a organicidade do PPP.

acabou - na prática - expressando uma divisão mecanicista do PPP, o que levou a alguns estabelecimentos de ensino a estruturarem o documento de forma dividida, ou seja, em momentos históricos e “capítulos” diferentes para cada marco. O problema desta interpretação equivocada é que ela descaracteriza a própria dinâmica do movimento de discussão pedagógica sistematizada formalmente no Projeto Pedagógico.

Com base neste entendimento este documento não será apresentado em forma de “Marcos”. A fundamentação teórica apresentada aqui expressa o próprio diagnóstico da representação dos professores e dos profissionais da educação do Colégio Estadual do Paraná sobre a função da escola e o valor da formação por ela ofertada. Destaca-se, ainda, que este documento foi construído a partir dos eventos que contaram com a participação dos professores.

Metodologicamente o processo de construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico do CEP, em seus referenciais, partiu dos fundamentos conceituais já previstos nos documentos precedentes. Assim como em momentos anteriores (2006, 2009, 2011, 2014) em 2017 houve uma atualização do PPP e a versão de 2014 foi tomada como ponto de partida.

O processo de reavaliação e retomada do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná, realizado em 2017, teve como pressuposto, não alterar os fundamentos conceituais do documento anterior (2014) nem as representações sobre a função social da escola pública e do trabalho pedagógico no CEP. Nesse momento procurou-se apenas realizar ajustes no texto e atualizar os dados, já que as discussões conceituais não dispensam o envolvimento de toda comunidade escolar o que está programado para o ano de 2018.

O presente documento, portanto, sistematiza e fundamenta as discussões e propostas de toda a comunidade escolar e apresenta uma concepção de escola pública que toma a relação educação e trabalho para fundamentar o ensino-aprendizagem, o currículo, o conhecimento, a avaliação e a gestão.

2. HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Ao longo de sua trajetória, o Colégio Estadual do Paraná tem contribuído com a educação paranaense por meio de práticas educativas comprometidas com a formação dos seus estudantes, atendendo à diversidade cultural na busca de uma efetiva educação democrática.

O espaço físico da instituição é privilegiado pela localização no centro da capital paranaense e pelo tamanho da área que disponibiliza para seus estudantes, professores, funcionários e comunidade. O CEP ou Estadual, como é carinhosamente chamado, tem sido um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais na capital do Estado, embora ainda não tenha sido incluído oficialmente no Roteiro Turístico de Curitiba. Tornou-se, assim, um espaço integrado e voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade curitibana, como também do Estado.

Toda instituição tem uma história, formada de fatos, pessoas, marcos legais etc. A história da mais tradicional instituição estadual de ensino do Paraná, começa oficialmente antes da criação do Estado do Paraná.

Assim, em **1846**, pela Lei nº 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão de Suruí, é criado o Licêo de Curitiba, que foi instalado em casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes.

Nessa época, a região ainda pertencia à Província de São Paulo, obtendo sua autonomia somente em 29 de agosto de 1853, com a lei nº 74, assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região paranaense da Província de São Paulo. Logo após, teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de um país onde pudessem desenvolver suas aptidões e viver com condições socioeconômicas melhores do que aquelas de sua terra de origem, que, na época, passava por enorme crise.

Em **1854** foi inaugurada a primeira Sede do Licêo, na rua da Assembleia, hoje rua Dr. Muricy, entre as atuais ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado. Criada em 07 de março de **1857**, a primeira Biblioteca Pública da Província - atual Biblioteca Pública do Estado do Paraná - foi instalada no Licêo, por não haver ainda sua sede própria. Em **1872**, o Governo Provincial adquiriu, para a sede do Licêo, a casa do Comendador

Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar), um imóvel situado na rua Aquidaban, atual rua Emiliano Pernetta. Pela Lei nº 456, de 12 de abril de **1876**, o Licêo passou a denominar-se Instituto Paranaense, anexo ao qual é instalada a Escola Normal - atual Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilotto – e, no dia 22 de maio de **1880**, o Instituto Paranaense é visitado pelo Imperador D. Pedro II.

No contexto da República e com a Reforma do Ensino, em **1892**, o Instituto Paranaense passou a se chamar Gymnásio Paranaense, que, pela Lei Estadual nº 365, em 11 de abril de **1900** é equiparado ao Gymnásio Nacional (no Rio de Janeiro), antes denominado Colégio Pedro II, que voltaria a ter esse nome em 1911.

Em **1904**, a 3ª sede própria foi inaugurada, na rua Borges de Macedo - atual rua Ébano Pereira - onde, hoje, está instalada a Secretaria de Estado da Cultura. Em 1905, por meio do Decreto nº 5742, de 30 de outubro, enfim o Governo Federal concede a equiparação ao Gymnásio Nacional.

Em **1918**, foi criado o Gymnásio Paranaense Internato, localizado no Palacete Loureiro, na esquina da Avenida Marechal Floriano com a rua Sete de Setembro. A Escola Normal desvinculou-se do Gymnásio Paranaense em **1922**, com a inauguração de sede própria, na rua Emiliano Pernetta.

O Gymnásio Paranaense Internato passou a funcionar no prédio do antigo Colégio Diocesano e Seminário, na rua Bispo D. José, sob a direção do Gymnásio Paranaense - Externato, em **1925**.

Em **1934**, foi criado o curso Pré-Ginásial, para ingresso no Curso Fundamental. O Curso Fundamental de 5 anos foi acrescido do Curso Complementar de 2 anos em **1936**, compreendendo as classes Pré-Médico, Pré-Jurídico e Pré-Engenheiro.

O Hino Oficial do Colégio foi entoado, pela 1ª vez, nas comemorações do Cinquentenário da Proclamação da República, em **1938**, quando também foi apresentada a Bandeira, aprovada pela Congregação do Colégio.

No dia 10 de julho de **1942**, através do Decreto nº 614, o Gymnásio Paranaense passou a denominar-se Colégio Paranaense - Externato. No mesmo ano, a Reforma Capanema transforma o Curso Fundamental em Curso Ginásial, com 4 anos de duração, e o Curso Complementar em Curso Colegial, de 3 anos, com o Clássico e o Científico.

Em **1943**, pelo Decreto nº 11.232, de 6 de janeiro, o Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, mudou a denominação para **COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ** e o Interventor Federal do Paraná, Manuel Ribas, pelo Decreto nº 1859, de 25

de março, confirmou a denominação no âmbito estadual. O Ginásio Paranaense Internato passou a denominar-se Colégio Paranaense, pelo Decreto Federal nº 12.135, de 2 de abril desse mesmo ano, desvinculando-se da tutela do Estado. Ainda naquele ano, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio para o CEP, na praça Santos de Andrade, onde se encontra edificado o Teatro Guaíra.

Julgada insuficiente a área na praça Santos Andrade em **1944** foi desapropriada a Chácara da Glória, ou de "Nhá Laura", na avenida João Gualberto, iniciando-se neste local a construção da atual sede.

A Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná foi criada em **1949**, atual Rádio Educativa do Estado.

Em 29 de março de **1950** foi inaugurada a sede atual pelo então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, e pelo Ministro da Educação e Cultura, Professor Clemente Mariani. A área desportiva do Colégio, composta pelas piscinas, ginásio, pista e campo de futebol, foi Inaugurada em outubro de **1951**. Em 09 de julho de **1955**, o Decreto nº 18.181 aprovou o Regime Interno dos Ginásios e Colégios do Estado, determinando, no Artigo 86, que "O Colégio Estadual do Paraná, pelas suas características de instalação e longevidade funcional, teria o seu regime próprio".

Em **1957** foram criados o Coral e a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná. Consta que, por iniciativa de estudantes, com apoio da Escolinha de Arte, em meados de **1959**, deu-se início um trabalho de ensino musical a partir de instrumentos de percussão, como caixa de repique, surdos, bombos, pratos e xilofones de metal. Esse foi o ponto de partida do grupo que foi batizado, carinhosamente, como Bandinha Rítmica do CEP. Sua primeira apresentação oficial foi em 27 de junho de 1959, permanecendo como Fanfarra do Colégio Estadual do Paraná até 1971.

A Lei Estadual 4.978, de 5 de dezembro de **1964**, transformou o Colégio em órgão próprio da SEED, facultando-lhe autonomia administrativa e financeira. Em **1966** foi adotado o uso do atual distintivo do Colégio, a esfera armilar, com a divisa **Longe Lateqve**: 'Para a frente e para o alto - em todas as direções'.

Em **1968**, através da Portaria Interna nº 294, de 16 de setembro, foi criado o Observatório Astronômico, sob a tutela dos coordenadores de assuntos astronômicos e astronáuticos, Professor Leonel Moro e Professor José Manoel Luís da Silva. O Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná - OACEP - esteve, desde sua criação, filiado à Liga Latino-Americana de Astronomia.

No ano de **1969**, foi promovida pelo Colégio a 1ª Feira Municipal de Ciências de Curitiba - FEMUCI -, com a participação de mais de 30 Estabelecimentos de Ensino, sob a organização do Professor Osny Antônio Dacol. Em **1970**, a Direção do Colégio baixou a Portaria nº 51, de 30 de março, que outorgava a criação do Planetário do Colégio.

Em **1971**, a Fanfara do Colégio Estadual do Paraná foi renomeada como Banda Marcial do Colégio Estadual do Paraná, nome que manteve até **1985**. A partir desse ano, foram adquiridos os instrumentos de palhetas - clarinetes e saxofones - e a Banda Marcial foi transformada em Banda Musical do Colégio Estadual do Paraná, recebendo a denominação "Bento Mossurunga", em homenagem ao famoso compositor, músico e professor do Paraná.

Criado oficialmente em 8 de maio de **1979**, o Museu "Guido Straube" foi inaugurado em 1985.

Em **1988** foi assinado o Termo de Doação de uma área de terreno, com 5.000m², em Almirante Tamandaré, para construção do Observatório Astronômico.

Pela Resolução nº 2.348, de 16 de agosto de **1990**, foi aprovado o novo Regimento Interno do Colégio, reformulando sua estrutura organizacional. Em **1992** foi aprovado o atual Regimento Interno pela Resolução nº 3.138, de 24 de setembro.

No ano de **1993** foram entregues as obras de restauração total do prédio do Colégio, iniciadas em outubro do ano anterior. Em 10 de março de **1994** foi tombada a área física e o terreno do Colégio, pelo Patrimônio Público Histórico do Estado, através da Inscrição nº 118, Processo nº 03, e nesse mesmo ano inauguradas as instalações do Observatório Astronômico "Prof. Leonel Moro", iniciadas em 1993.

Em 27 de março de **1995**, através da Resolução n.º 1.114, foi extinto o Ensino de 1º Grau, passando o estabelecimento a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino de 2º Grau. Nesse mesmo ano, inaugurada a rede de Informática Administrativa e Pedagógica e, ainda nesse ano, em comemoração aos 45 anos da inauguração do atual prédio, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT lançou o carimbo alusivo ao aniversário da Instituição.

Em **1996** foi feita a comemoração do Sesquicentenário do Colégio Estadual do Paraná, contando com a visita do Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Souza, e lançamento de carimbo alusivo à data, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT. O Colégio foi ligado à *Internet* no ano de **1997**, ano que iniciou o Intercâmbio Cultural com Londres, por meio da TECPAR. Pela Resolução nº 3.120/98 - SEED, a partir

de 2 de outubro de **1998**, o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. No mesmo ano, ocorreu a ligação com o Sistema Corporativo do Estado - CELEPAR.

Em **1999** ocorreu a implantação gradativa no Ensino Médio da LDB 9.394/96, com alteração no calendário escolar para 200 dias, sistema de avaliação semestral e sistema opcional de modalidades esportivas para a prática das aulas curriculares de Educação Física. Ainda em 1999, foi criado o Software Educacional - EDUCEP - ENERGIA pelos professores de Biologia, Física, Química e Informática do Colégio Estadual do Paraná.

O ano de **2000** foi marcado pelas Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e, no dia 29 de março, inaugurada a "Galeria de Diretores", em comemoração aos 50 anos da atual sede do Colégio.

No ano de **2001**, foi solicitada a cessação definitiva dos cursos profissionalizantes, amparados pela LDB 5.692/71; nesse mesmo ano, porém, através da Resolução nº 3.160/2001, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, aprovados pela PARANATEC.

A partir de julho de **2002**, portanto, em decorrência da Resolução nº 3.160/2001, a nomenclatura do Estabelecimento voltou a ser Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. Também em decorrência da mesma Resolução receberam Autorização e Reconhecimento os cursos Pós Médio: Técnico em Informática (Resolução nº 173, de 23 de janeiro), Técnico em Hospitalidade (Resolução nº 174, de 23 de janeiro), Técnico em Secretariado (Resolução nº 465, de 18 de fevereiro).

No final dos anos 1990, a política educacional, que resultou da implantação do Decreto nº 2.208/97, desvinculou a formação geral da formação técnica e promoveu um processo de "*desescolarização*" do ensino técnico, isto é, as políticas educacionais destinadas à Educação Profissional promoveram uma aproximação muito estreita do ensino técnico às necessidades do mercado de trabalho e da empresa com a escola. As escolas, desse modo, tiveram que se ajustar ao mercado, montando um currículo cujo fulcro não partia das disciplinas, mas pautava-se no perfil ocupacional e nas demandas advindas das competências exigidas pelo mercado de trabalho. A implantação do Decreto nº 2.208/97 reproduziu, portanto, a perspectiva economicista na educação.

Em **2003** ocorreu a renovação de Reconhecimento do Ensino Médio e Profissional pela Resolução nº 3.415, Diário Oficial nº 6.619, de 3 de dezembro. Foi aprovada, então, pelo Parecer nº 109.503, de 18 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação, a

Proposta Curricular para implantação de Cursos de Educação Profissional em Nível Técnico, integrado ao Ensino Médio, passando o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Nível Técnico a ser concluído em 04 (quatro) anos.

No ano de **2004**, aprovados pelo Decreto nº 5.154/04, os Cursos de Ensino Médio Integrado: Comunicação e Artes e Edificações, foram implantados, de forma gradativa, no período noturno. Assim, em acordo com as políticas Nacional e Estadual, o Ensino Profissional buscou superar a dicotomia entre a formação geral e técnica, implementadas nos anos 1990, de modo a imprimir uma concepção de educação politécnica.

No ano de **2005**, foi implantada a trimestralidade no sistema de avaliação e teve início, na Educação Profissional, o curso de Administração, modalidade subsequente. Foi, também, a partir de 2005 que se estabeleceu um amplo debate em torno do PPP, desencadeado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Ocorre que, até então, orientadas pela gestão da SEED (1990 a 1994), as escolas apenas reviam suas concepções de disciplinas e as ajustavam à tão propalada Pedagogia das Competências, que não será retomada aqui em suas insuficiências, dados os limites deste texto e o fato de que o espaço acadêmico ficou repleto de teses e dissertações a este respeito. Houve consultoria de professores de diversas universidades federais, estaduais e até mesmo privadas, com destaque para a Universidade Federal do Paraná, bem como reformulação das políticas educacionais de todos os departamentos da própria SEED/PR para que o currículo escolar expressasse a concepção da escola pública amplamente discutida naquele momento. Nesse contexto, no CEP, teve início o processo de discussão coletiva para elaboração do PPP nesses moldes crítico e democrático.

Em **2006**, em comemoração aos 160 anos do CEP, aconteceu a reestruturação das piscinas do colégio.

No ano de **2008**, foi autorizada a oferta do Ensino Fundamental, séries finais, com abertura de uma turma de cada série, número que dobrou em **2009**. Um dos objetivos foi aumentar a identificação dos estudantes com a instituição, na medida em que têm a possibilidade de permanecer por mais tempo nela. Também nesse ano foi implantado o sistema semestral de avaliação. Em dezembro do mesmo ano, foram reconhecidos, pelo Conselho Estadual de Educação, os cursos de Educação Profissional, tornando possível a emissão de diplomas dos formados desde 2005.

No ano de **2009**, o currículo das turmas do Ensino Médio do turno da noite foi organizado em dois Blocos de disciplinas semestrais, em consonância com a política da

Secretaria de Estado da Educação, Resolução nº 5.590/2008. O objetivo foi a redução dos índices de evasão e reprovação, a garantia da permanência do estudante do Ensino Médio na escola até o término do curso e o desenvolvimento de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino aprendizagem.

No ano de **2010**, no Ensino Médio por bloco, havia um total de 240 horas para trabalhar os conteúdos das quatro áreas de Arte (música, dança, teatro e artes visuais). No entanto, em 2011, com a reestruturação da matriz curricular do Ensino Médio, apesar do aumento da carga horária total do curso, a disciplina de Arte teve a redução significativa de carga horária, ficando com apenas 160 horas. Este fato obrigou os professores a excluírem diversos conteúdos fundamentais para a compreensão do universo estético.

Ainda em **2010** foi feita a primeira consulta pública democrática realizada no Colégio Estadual do Paraná. Nesse ano, a comunidade escolar iniciou um grande processo de reivindicações para a democratização do sistema de escolha da Direção Geral do CEP, cargo, até então, definido pelo Governador do Estado. Sancionada em 30 de junho de 2010, a Lei nº 16.538, em seu §1º, do Art. 2º, legitima e democratiza o processo de escolha da diretoria do Colégio Estadual do Paraná, respeitando a Lei nº 6.636, de 29/11/74, e a Lei nº 8.485, de 03/06/87.

Conforme a Lei nº 14.231/2003, sancionada no início de julho do ano de sua promulgação, a consulta para escolha das direções dos colégios estaduais deve acontecer no mês de novembro do calendário civil, através do voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da Comunidade Escolar apta a votar, em períodos de 3 (três) em 3 (três) anos. Assim, com vistas a colocar o Colégio Estadual do Paraná em consonância com o calendário dos demais estabelecimentos de ensino da rede estadual, após consulta pública realizada em 14 de Setembro de 2010, foi eleita a Professora Tânia Maria Acco, que conduziu sua gestão entre 1º de outubro desse mesmo ano e 31 de Dezembro de 2011.

Em Novembro de **2011**, foi eleita a professora Laureci Schmitz Rauth, com mandato a ser cumprido até 31 de dezembro de 2014. Contudo, em função da reorganização política do Estado do Paraná e por decisão da Assembleia Legislativa, neste mesmo ano, os mandatos dos diretores estaduais tiveram sua prorrogação por mais um ano dando prosseguimento à gestão em curso que finalizou em 2015. Nesse ano, em nova eleição, a professora Tânia Maria Acco se elegeu diretora do colégio e responderá

pelo cargo até 2019.

Em **2011**, o CEP iniciou suas atividades para a ampliação da Matriz Curricular. A oferta no Ensino Fundamental aumentou de 25 para 30 horas semanais, no período vespertino; no Ensino Médio, a ampliação foi de 28 para 30 horas semanais, com duração de 3 (três) anos e organização curricular anual, nos períodos matutino e vespertino. No Ensino Médio noturno, por suas especificidades, permaneceu a Matriz Curricular de 25 horas semanais, assim como o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, com organização curricular Integrado e duração de 4 anos (Técnico em Comunicação e Arte; Técnico em Edificações; Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Arte Dramática – Ator Cênico). Continuou, também, a oferta do Curso Técnico de Nível Médio, com organização curricular Subsequente, com duração entre 1 (um) e 2 (dois) anos (Técnico em Administração; Técnico em Arte dramática – Ator Cênico; Técnico em Edificações; Técnico em Informática – Programação; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Secretariado; Técnico em Produção Áudio e Vídeo).

Destaca-se que, após consulta realizada aos estudantes dos três turnos, em 2011, o CEP encerrou a matrícula inicial em regime de Progressão Parcial aos estudantes do Ensino Médio, na organização anual, bem como o Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais.

Em **2012** iniciou o programa Ensino Médio Inovador no CEP. Este programa foi destinado aos alunos de Ensino Médio a princípio com oficinas em contra turno voltadas para cinema, literatura, robótica entre outras ofertadas na Escolinha de Arte. Tratava-se de um projeto do governo Federal com o objetivo de ampliar o tempo escolar do estudante do Ensino Médio e reorganizar o currículo em macro campos.

O ano de **2013** foi marcado por discussões sobre o sistema de avaliação do CEP. Sob o princípio e concepção da avaliação diagnóstica, processual e qualitativa O sistema de avaliação passou, então, a ser Semestral. No entanto, o colegiado entendeu a necessidade de legitimar a realização de avaliações formais para garantir momentos individuais de sistematização do que o aluno aprendeu - de modo a oportunizar o diagnóstico sobre esta aprendizagem e retomar os conteúdos não apreendidos. Nesse mesmo ano ocorreram as discussões coletivas sobre a retomada do Projeto Pedagógico da Escola visando aprofundar a fundamentação da prática pedagógica, bem como realizar o diagnóstico do rendimento dos alunos do CEP. As horas atividades neste

período foram concentradas por disciplinas visando oportunizar a discussão do trabalho coletivo e a mediação da equipe pedagógica com pauta própria.

Ainda em 2013 a Secretaria do Colégio desenvolveu o sistema de registro de notas e conteúdos nos Mapas de Avaliação em planilhas *on line*. Este processo de informatização de todo o registro da avaliação escolar substituiu o Livro Registro de Classe quanto a este item. Esse sistema foi reconhecido pela CDE/SEED como ferramenta facilitadora no controle de informações dos registros de avaliações, conforme informação emitida pela chefia da CDE em 15/04/2013.

Também em 2013 a sustentabilidade ganhou espaço nas ações da gestão através da comissão permanente do CEP Sustentável. Essa ação tem expressão na conservação da memória histórica, na recuperação do acervo da história do CEP, bem como em ações pedagógicas e estruturais de contenção do desperdício e reaproveitamento do material pedagógico. O CEP sustentável trouxe palestras, conferências, ações concretas de reaproveitamento dos resíduos sólidos.

No ano de 2016 foram retomadas as discussões sobre o sistema de avaliação do CEP. Em diversos momentos durante o ano letivo a comunidade escolar pôde refletir e propor avanços na avaliação do CEP. Tal debate acarretou alterações no Regimento Escolar, aprimorando o processo de avaliação e reforçando a função principal da avaliação - de diagnóstico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem por todos os envolvidos.

Ainda em 2016, teve início o projeto de Aulas de Assistência ofertado aos estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Ensino Médio Integrado que prevê o atendimento aos estudantes, no contraturno escolar, por professores das disciplinas fundamentais. É mais uma possibilidade para o estudante esclarecer dúvidas e aprofundar os conhecimentos.

Também em 2016, foi criado o Procep (Projetos do Colégio Estadual do Paraná), inserido na Divisão Educacional, que tem por objetivo principal viabilizar projetos pedagógicos, palestras e ações preventivas junto aos estudantes, professores e funcionários, em acordo com as necessidades da escola numa ação articulada com os diversos setores/segmentos que compõem o espaço escolar.

A partir de 2016, também, iniciou-se um forte movimento de integração dos estudantes do período noturno às atividades ofertadas pelo colégio, criando-se condições e oportunidades de frequência às mesmas em horários compatíveis com a realidade do

estudante já inserido no mundo do trabalho.

No ano de **2017**, foi definido um calendário escolar único para todo o colégio, de modo a estabelecer-se a unidade necessária ao funcionamento da instituição, respeitando-se as particularidades de cada um dos cursos e turnos.

Em 2017 ocorrerá a renovação do credenciamento da oferta da Educação Básica e Educação Profissional Técnica em Nível Médio. Nesse sentido, foi realizada a atualização do Projeto Político-Pedagógico e houve ampla discussão das Propostas Pedagógicas Curriculares, envolvendo professores, coordenadores de cursos e disciplinas e equipe pedagógica.

Nesse mesmo ano, a Brigada Escolar foi reativada e foram garantidas as condições necessárias de segurança, como a aquisição de equipamentos e adequações físicas do ambiente escolar.

Ainda em 2017, a Escolinha de Arte completa 60 anos de atividades e, para isso, estão previstas diversas comemorações e homenagens.

Durante o ano de 2017 a equipe pedagógica, junto aos coordenadores de disciplinas, coordenadores de cursos técnicos e aos docentes, com apoio da equipe de gestão, está desenvolvendo um trabalho de aprimoramento do planejamento pedagógico de modo a garantir aos estudantes uma aprendizagem significativa, traduzida no diálogo necessário entre os conteúdos das diferentes disciplinas.

GALERIA DE DIRETORES

Foram diretores do Colégio Estadual do Paraná nos 50 anos desde a inauguração da sede atual:

- Adriano Gustavo Carlos Robine (1946/1951)
- Francisco José Gomes Ribeiro (1939/1946 - 1951/1956)
- Ulisses de Mello e Silva (1956/1961)
- Eurico Back (1961/1962)
- Eros Nascimento Gradowski(1962/1966)
- Ernani Costa Straube (1966/1969)
- Osny Antonio Dacol (1969/1983) □ Eraldo Mário Graeml (1983/1986)
- Diva Vidal (1986/1987)
- Ayrton Gonçalves Celestino(1987/1990)
- Paulo Osni Wendt (1990/1991)

-
- Adelia Dias Castelã Ribeiro (1991/2002)

A partir de janeiro de **2003**, o Colégio contou com os seguintes diretores:

- Wilson Roberto de Paula Souza (janeiro 2003 / agosto 2003)
- Elza Camargo Rocha (2003 / 2007)
- Maria Madselva Ferreira Feiges (2007 / 2010)
- Tania Maria Acco (2010 / 2011)
- Laureci Schmitz Rauth (2012 / 2015)
- Tania Maria Acco (2016 / 2019)

3. IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional

Av. João Gualberto, 250, Alto da Glória, Curitiba/PR. CEP: 80030000;

CNPJ: 77162337/0001-20

site: www.cep.pr.gov.br

e-mail: cep@cep.pr.gov.br

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná- Secretaria de Estado da Educação – SEED- Núcleo Regional de Curitiba - Setor Centro.

Autorização de Funcionamento: Criado pela lei nº 33, de 13 de março de 1846, transformado em órgão de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de utilidade pública, com relativa autonomia administrativa e financeira.

Finalidades: O Colégio Estadual do Paraná tem por finalidade, atendendo ao disposto nas Constituição Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Decreto Estadual n. 1396/2007, ministrar o Ensino Fundamental, Médio Regular, Educação Profissional, Modalidades Integrado e Subsequente, atividades artístico-culturais/esportivas, observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

3.1 SÍMBOLOS OFICIAIS

a) Bandeira

A bandeira é constituída de um retângulo da cor branca, tendo ao centro o distintivo do Estabelecimento, que é circundado por dois ramos de pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), na coloração natural, cruzados na base e unidos por um laço. Abaixo, está inscrito: “Colégio Estadual do Paraná” e o ano “1846”.

Foi apresentada pela primeira vez para a comunidade escolar em 15 de setembro de 1939, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Proclamação da República, momento em que também entoou-se pela primeira vez o hino do Colégio.

O dizer latino “**LONGE LATEQVE**” (“Para a frente e para o alto – em todas as

direções”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus estudantes.



Em 21 de novembro de **2008**, ocorreu a primeira cerimônia de Inumação das Cinzas das Bandeiras Nacionais, fora de solo militar, incineradas no Quartel General da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, no dia 19 de novembro daquele mesmo ano, na presença de autoridades militares e civis, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, demais convidados, Direção Geral, Equipe Pedagógica, Professores, Funcionários e Estudantes do Ensino Fundamental do Colégio Estadual do Paraná.

b) Cores Oficiais

Foram mantidas como cores oficiais o branco e o azul.

c) Distintivo



Descrição heráldica escrita pelo Professor Ernani Costa Straube

O distintivo do Colégio Estadual do Paraná foi introduzido na gestão do Professor Ernani Costa Straube, em 1966. É constituído de uma esfera armilar em ouro, em campo

azul, cortada em banda de prata e circundada por círculo concêntrico na cor preta, tendo no interior, em ouro, a inscrição “Colégio Estadual do Paraná” e o ano de fundação “1846”.

A esfera armilar representa o universo; o céu, indicando eternidade e ciência, lembra os grandes descobrimentos portugueses.

O ouro representa nobreza, riqueza, esplendor, glória, poder, força, vida longa, eternidade, constância, soberania e pureza.

A banda representa o cinturão do cavaleiro medieval e é a segunda peça honrosa de primeira ordem.

A prata, segundo metal, representa a humildade, inocência, verdade, eloquência, integridade, amizade, equidade, justiça e pureza.

Assim como na bandeira, o dizer latino “**LONGE LATEQVE**” (“*Para a frente e para o alto - em todas as direções*”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus estudantes.

d) Hino do Colégio Estadual do Paraná

Letra de BARROS CASSAL
Música de BENTO MUSSURUNGA

I

Mocidade da terra querida,
Onde a luz do Cruzeiro fulgura,
No fastígio da força e da vida,
Para a glória da vida futura!
É na escola que a Pátria se expande,
É de ti que o Brasil mais alcança
Pelos fastos de História tão grande,
Pelo áureo pendão da esperança.

ESTRIBILHO
Do teu Colégio
Estadual
Do Paraná
Faz teu ideal.
No teu viver,
Colegial
Seja o teu saber
O teu fanal;
O teu dever,

O teu missal.

II

Mocidade da terra querida,
Onde a luz do Cruzeiro fulgura,
No fastígio da força e da vida,
Para a glória da vida futura!
No teu ser desabroche a virtude,
E a moral seja enfim o teu pão;
No teu corpo demore a saúde,
Perfumando teu bom coração.

3.2 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

Os horários de funcionamento do Colégio Estadual do Paraná, em seus três turnos de oferta de aulas regulares são:

MATUTINO – 07h10min - 12h30min

VESPERTINO – 13h - 18h20min

NOTURNO – 18h35min - 22h55min

4. CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

O CEP é um órgão de regime especial conforme definido pela Lei n. 6636/74 e mantido pela Lei 8485/87, art. 113, alínea b, que destaca sua autonomia administrativa e financeira, ainda que subordinado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED.

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com o Regimento Interno do Colégio Estadual do Paraná, Resolução n. 3138/1992-SEED/PR, art. 4º e com os devidos ajustes em função da expansão pedagógica ocorrida desde então, a estrutura organizacional do Colégio compreende:

I – Conselho Escolar

II – Equipe de Direção

Direção Geral

a) Assessoria Técnica:

a.1) Assessoria de Gabinete;

a.2) Assessoria Jurídica.

b) Direções Auxiliares de turno:

b.1) Direção Auxiliar – matutino;

b.2) Direção Auxiliar – vespertino;

b.3) Direção Auxiliar – noturno.

c) Secretaria Geral:

c.1) Secretário;

c.2) Secretário/a Auxiliar.

d) Comunicação.

III - Divisão Educacional

a) Chefia da Divisão Educacional

a.1) Equipe Pedagógica

a.2) Coordenações das Disciplinas

a.3) Coordenações dos Cursos Técnicos

a.4) Corpo Docente

a.5) Conselho de Classe

a.6) Equipe Multidisciplinar

a.7) Biblioteca

a.8) Multimeios

a.9) Coordenação de Estágio

a.10) Procep

a.11) Curcep

IV - Nível de Assessoramento

1) Grupos Auxiliares:

a.1) Grupo Auxiliar Administrativo – GAA;

a.2) Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH;

a.3) Grupo Auxiliar Financeiro – GAF;

a.4) Grupo Auxiliar de Planejamento – GAP.

V - Órgãos Colegiados

a) Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF

b) Grêmios Estudantis – GECEP

VI – Órgãos Complementares

a) Atividades Desportivas Especializadas

- b) Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM
- c) Escolinha de Arte
- d) Museu / Centro de Memória
- e) Observatório Astronômico e Planetário
- f) Informática do Colégio Estadual do Paraná – INFOCEP
- g) Canteiro de Obras
- h) Setor Odontológico

4.1.1 Caracterização de cada setor

De acordo com o Regimento do CEP, definem-se os setores do organograma da seguinte maneira:

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, e seus dirigentes e/ou conselheiros não são remunerados. Seu objetivo é o de avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

EQUIPE DE DIREÇÃO

A Equipe de Direção é o órgão que preside o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Curso da Educação Profissional.

Parágrafo Único – A diretoria tem como órgão máximo a Equipe de Direção, composta pela Direção Geral, Direções Auxiliares, Assessoria Técnica (Assessoria de Gabinete e Assessoria Jurídica), pela Secretaria e Setor de Comunicação, reconhecidos mediante ato do Governador do Estado do Paraná.

A Direção do Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional será exercida pelo Diretor Geral, que presidirá o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores, as atividades dos alunos, as relações com a comunidade escolar e com a vida exterior, velando para que, regularmente, se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente.

Parágrafo Único - Nas faltas ou impedimentos, o Diretor Geral será substituído pela Assessoria de Gabinete ou por outro Diretor Auxiliar.

ASSESSORIA DE GABINETE

A Assessoria de Gabinete responde pelo assessoramento da Direção Geral do Colégio Estadual do Paraná - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, bem como aos Grupos Auxiliares, sob forma de estudos, pesquisas, avaliações, exposições de motivos, análises e atos normativos, interpretação de leis, decretos e regulamentos, ligados e concernentes ao Estabelecimento de Ensino.

O cargo de Assessor de Gabinete é exercido por profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica abrange o assessoramento jurídico à Direção Geral e aos diversos Departamentos do Estabelecimento de Ensino.

O Cargo de Assessor Jurídico é exercido pelo profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

SECRETARIA

A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento de Ensino, com referência aos interesses e documentação dos alunos, bem como é o setor responsável pela conferência, organização, guarda e conservação dos documentos escolares.

Parágrafo Único – A Secretaria deve executar seu trabalho de forma integrada com a Direção Geral e Equipe Pedagógica e participar da tarefa de articulação entre família, escola e comunidade.

COMUNICAÇÃO

O Setor de Comunicação, vinculado à Direção Geral, tem a função de divulgar à Comunidade Escolar informações de caráter educativo, cultural e social de interesse do Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

DIVISÃO EDUCACIONAL

A Divisão Educacional é responsável pela coordenação e implementação, no Estabelecimento de Ensino do Projeto Político Pedagógico e regulamentadas no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

A Divisão Educacional é constituída por:

- 1) Equipe Pedagógica
- 2) Coordenações das Disciplinas
- 3) Coordenações dos Cursos Técnicos
- 4) Corpo Docente
- 5) Conselho de Classe
- 6) Equipe Multidisciplinar
- 7) Biblioteca
- 8) Mídias
- 9) Coordenação de Estágio
- 10) Procep
- 11) Curcep

GRUPOS AUXILIARES

Cabe à Equipe de Nível de Assessoramento promover o suporte estratégico e logístico para o completo funcionamento dos demais Setores do Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único – A Equipe de Nível de Assessoramento é composta por:

- I. Grupo Auxiliar Administrativo – GAA;
- II. Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH;
- III. Grupo Auxiliar Financeiro – GAF;
- IV. Grupo Auxiliar de Planejamento – GAP;

Os Grupos Auxiliares do Colégio Estadual do Paraná são setores que têm por finalidade prestar apoio administrativo e operacional referentes às diversas áreas de atuação, através da manutenção de contatos e atendimento direto às orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

Entre os setores que compõem os chamados Órgãos Complementares estão:

- 1) Atividades Desportivas Especializadas
- 2) Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM
- 3) Escolinha de Arte
- 4) Museu / Centro de Memória
- 5) Observatório Astronômico e Planetário
- 6) Informática do Colégio Estadual do Paraná – INFOCEP
- 7) Canteiro de Obras
- 8) Setor Odontológico

Cada um oferece à comunidade externa e interna oportunidades de aprendizagem e participação cidadã diversa, enriquecendo o currículo.

4.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA

4.2.1 Ofertas de Ensino

O Colégio Estadual do Paraná oferta as seguintes etapas e modalidades da Educação Básica:

- Ensino Fundamental, séries finais (do 6º ao 9º ano);

- Ensino Médio Regular;
- Educação Profissional nas modalidades:
 - Ensino Médio Integrado e
 - Ensino Médio Subsequente.

a) Ensino Fundamental

Modalidade de ensino destinada a alunos do 6º ao 9º, com idade entre 11 e 14 anos. O curso teve reinício no ano de 2008, depois de 13 anos de cessação. A forma de ingresso para alunos novos é feita por meio de análise curricular e ocorre seguindo critérios especificados em edital próprio e normatização da Secretaria de Estado da Educação.

b) Ensino Médio Regular

Oferecido nos períodos diurno e noturno, possui duração de três anos e é destinado a alunos com faixa etária entre 15 e 17 anos de idade. A forma de ingresso para alunos novos segue os padrões especificados em edital próprio com critérios de análise curricular e normatização da Secretaria de Estado da Educação.

No período diurno o Ensino Médio conta com Matriz Curricular de 30 horas semanais e no Ensino Médio Noturno a Matriz é de 25 horas semanais.

c) Educação Profissional

c.1) Ensino Médio Integrado

Com duração de quatro anos, se caracteriza por apresentar a composição curricular formada por disciplinas da base nacional comum e da parte diversificada, onde constam as disciplinas técnicas específicas de cada curso. São oferecidos nas áreas de Arte Dramática, Edificações e Prótese Dentária.

ARTE DRAMÁTICA

Perfil do Egresso: O Técnico em Arte Dramática – Ator Cênico domina o conhecimento científico e tecnológico construídos historicamente que garante sua inserção no mundo social e do trabalho de forma crítica, com autonomia intelectual e moral. Realiza e apoia atividades ligadas à criação em teatro, cinema, áudio e vídeo, podendo atuar como ator,

radio-ator, dublador, dublê, cenotécnico, bonequeiro, contra-regra, assistente de palco e de produção. Emprega métodos, técnicas e recursos de improvisação, atuação e normas de preparação corporal em espaços cênicos como formas de expressão corporal e de imagens.

EDIFICAÇÕES

Perfil do Egresso: O Técnico em Edificações detém conhecimentos científicos e tecnológicos que lhe permitem atuar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações. Orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

PRÓTESE DENTÁRIA

Perfil do Egresso: O Técnico em Prótese Dentária confecciona dispositivos e aparelhos protéticos e ortodônticos, por solicitação do cirurgião dentista. Presta suporte técnico ao cirurgião-dentista na fase laboratorial da confecção das próteses dentárias. Gerencia estabelecimentos laboratoriais de produção de peças protéticas, controlando estoques e a comercialização de produtos e serviços. Opera e zela pelo bom uso e manutenção do maquinário tecnológico relacionado a confecção das próteses e aparelhos ortodônticos. Em sua atuação é requerida a observância à impossibilidade de prestação de assistência direta a clientes.

c.2) Ensino Médio Subsequente

Cursos compostos por disciplinas específicas da área técnica, subsequentes ao Ensino Médio. A oferta ocorre no noturno e a organização é semestral, com a duração variando entre dois e quatro semestres, conforme o curso. Atualmente são oferecidos cursos nas áreas de Administração, Arte Dramática/Técnico em Teatro, Edificações, Informática, Produção de Áudio e Vídeo, Saúde Bucal e Secretariado.

ADMINISTRAÇÃO

Perfil do Egresso:

O técnico em administração será um profissional crítico e consciente, capaz de intervir de maneira responsável na sociedade em que vive. Articula conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais, estabelecendo uma abordagem integrada. Observa a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental. Participa e promove transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

ARTE DRAMÁTICA/TÉCNICO EM TEATRO

Perfil do Egresso:

O Técnico em Arte Dramática/Teatro domina o conhecimento científico e tecnológico construídos historicamente que garante sua inserção no mundo social e do trabalho de forma crítica, com autonomia intelectual e moral. Realiza e apoia atividades ligadas à criação em teatro, cinema, áudio e vídeo, podendo atuar como ator, radio-ator, dublador, dublê, cenotécnico, bonequeiro, contra-regra, assistente de palco e de produção. Emprega métodos, técnicas e recursos de improvisação, atuação e normas de preparação corporal em espaços cênicos como formas de expressão corporal e de imagens.

EDIFICAÇÕES

Perfil do Egresso: O Técnico em Edificações domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de forma a intervir no mundo do trabalho, orientado por valores éticos que dão suporte a convivência democrática. Detém conhecimentos científicos e tecnológicos que lhe permitem atuar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. O Técnico em Edificações desenvolve e executa projetos de edificações. Planeja a execução e a elaboração de orçamento de obras. Desenvolve projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Coordena e execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações.

INFORMÁTICA

Perfil do Egresso:

O técnico em informática será um sujeito crítico e consciente, capaz de intervir de maneira responsável na sociedade em que vive, de forma ética como sujeito histórico; capaz de implementar ações que contribuam para solução dos desafios da convivência homem/natureza de forma a atender as necessidades sociais de forma equilibrada e sustentável; capaz de instalar sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores com acesso à web e a banco de dados; realizar manutenção de computadores de uso geral e, instalação e configuração de redes de computadores locais de pequeno porte.

PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO

Perfil do Egresso: Capta imagens e sons. Realiza ambientação e operação de equipamentos por intermédio de recursos e linguagens. Investiga a utilização de tecnologias de tratamento acústico, de imagem, luminosidade e animação. Prepara material audiovisual. Elabora fichas técnicas, mapas de programação, distribuição, veiculação de produtos e serviços de comunicação.

SAÚDE BUCAL

Perfil do Egresso: O Auxiliar em Saúde Bucal atua em equipes multidisciplinares orientando a saúde bucal. Realiza serviços administrativos de agendamento, organização de arquivos tradicional e eletrônico, e, controle do movimento financeiro. Atua no suporte ao atendimento do paciente.

O Técnico em Saúde Bucal promove a prevenção e o controle de doenças bucais. Desenvolve programas educativos e de saúde bucal. Realiza estudos epidemiológicos em saúde bucal. Desenvolve atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, estética e função mastigatória do indivíduo. Realiza, sob supervisão do Cirurgião-Dentista, tomadas radiográficas de uso odontológico. Processa filme radiográfico. Controla estoques. Supervisiona a manutenção dos equipamentos. Instrumenta o cirurgião-dentista.

SECRETARIADO**Perfil do Egresso:**

O técnico em Secretariado será um sujeito crítico e consciente, capaz de intervir de

maneira responsável na sociedade em que vive. Articula conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências teóricas e práticas. Reconhece e pratica a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental. Busca o aprendizado permanente para que possa inserir-se nas novas condições de ocupação.

Os estudantes concluintes da Educação Profissional adquirem a formação na área técnica a nível médio, recebem a certificação estando aptos a se credenciar em órgãos de regulamentação profissional, além de possuir habilitação para o ingresso no Ensino Superior.

4.3 FORMAS DE INGRESSO NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

O ingresso no Colégio, até o ano de 2008, dava-se por meio de teste seletivo. Porém, a partir daquele ano os critérios foram reconfigurados e passou-se a considerar o seguinte:

- a) Ensino Fundamental e Médio: Análise curricular compreendendo somatória das maiores notas do boletim, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Desempate: aluno mais novo, aluno com moradia mais próxima do Colégio. Para as matrículas na 1ª série do Ensino Médio o critério de desempate é a maior nota nas disciplinas de Ciências e Geografia, nesta ordem. Para as matrículas na 2ª e 3ª séries, o critério é o menor número de adaptações.
- b) Educação profissional (integrado e subsequente): o Colégio segue a orientação da SEED referente à análise sócio educacional do aluno.

A distribuição das vagas atende ainda os seguintes percentuais de inclusão: 20% para afrodescendentes; 10% para integrantes da Banda Sinfônica e atletas que participam de competições devidamente comprovadas; 10% para candidatos com moradia próxima ao Colégio e 60% para a comunidade em geral.

4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Colégio Estadual do Paraná possui atividades de enriquecimento curricular destinadas tanto aos estudantes como a comunidade em geral. Dentre estas, se destacam os cursos de idiomas do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), Treinamento Desportivo Especializado, em diversas modalidades, oferecido no Setor de Esportes, Grupo de Dança (DANCEP), Banda Sinfônica do Colégio Estadual do Paraná, Coro, Grupo de Teatro (GRUTA) além de cursos na área artística, oferecidos na Escolinha de Artes.

Também são ofertados aos estudantes, no contraturno escolar, aulas de reforço e assistência, atividades pedagógicas no Planetário e Observatório Astronômico, Curcep (curso preparatório para o vestibular), projeto CEP Sustentável, acompanhamento e orientação do Setor de Estágios e Intercâmbio, além da oficina de Robótica Educacional.

4.5 ESPAÇO FÍSICO

O Colégio Estadual do Paraná é tombado pela Inscrição Tombo 118 – II, Processo Número 03/93, data da inscrição: 10 de março de 1994, Livro Tombo Histórico.

O prédio principal é formado de quatro pavimentos, ocupando área de aproximadamente 43.140m², consoante o projeto original, desenvolvido sobre planta em U, dispendo, de salas de aula, de laboratórios destinados ao ensino de disciplinas específicas e laboratórios dos cursos do Ensino Profissional, Escolinha de Arte, salas destinadas às atividades administrativas, Auditório, Salão Nobre, biblioteca, além de espaços outros relacionados às atividades docentes e discentes. Além do prédio principal há a Casa de máquinas, que abriga os motores de filtro das piscinas e o prédio que abriga os equipamentos de Educação Física, com 190,40m², e onde existe garagem para os carros oficiais.

Composto de três blocos, os dois laterais erguidos sobre pilares – o que permite o aproveitamento dos espaços livres para fins pedagógicos diversos. O prédio principal tem relevante importância arquitetônica e transformou-se, com o passar do tempo, em destacado marco sociocultural do Estado do Paraná.

De acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades

especiais ou com mobilidade reduzida - o colégio adequou sua infraestrutura com rampas e 04 banheiros adaptados, além de já contar com 2 elevadores para facilitar o acesso dos estudantes.

O Colégio Estadual do Paraná conta com uma área total de 40.000m² e uma área construída de 20.000 m². A edificação principal compartilha 47 salas de aula com 54 metros quadrados cada, atendendo às especificações da Resolução nº 0318/2002 – SESA, sendo as mesmas utilizadas em três turnos. Conta com 4 Laboratórios de Informática, Laboratório de Prótese Dentária, Laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática e Línguas, salas especiais para a Escolinha de Arte e para o CELEM, Auditório, Salão Nobre, salas ambiente para projeções, Sala de Professores, sala para funcionários, almoxarifado, cantina, refeitório, pátios cobertos, banheiros, além da ala administrativa. Os banheiros são sete femininos e sete masculinos. No complexo poliesportivo, o colégio dispõe de dois banheiros masculinos e três femininos com as mesmas especificações. Em anexo ao complexo esportivo há ginásio coberto, salas de musculação e ginástica rítmica, vestiários, piscinas, campo de futebol, quadras poliesportivas e pista de atletismo. Também compõem a estrutura do colégio o planetário, museu, estacionamento e amplo jardim.

Também fazem parte do Colégio Estadual do Paraná o Canteiro de Obras, localizado no Bairro de Santa Felicidade, à Rua Angela Dall Ostro, nº 201, com 7.928 m², utilizado nas aulas práticas do curso de Edificações e o Observatório Astronômico no Município de Campo Magro.

4.5.1 Espaço físico e atividades pedagógicas

A **Sala dos Professores** é um ambiente destinado à interação entre os profissionais do colégio, ao estudo e ao trabalho docente, no que se refere à organização e planejamento da prática educativa. Com a utilização da hora atividade concentrada a Equipe Pedagógica faz uso dessas salas para realizar as mediações necessárias no assessoramento pedagógico à prática docente.

Para garantir condições de trabalho docente, o CEP conta, ainda, em sua estrutura física, com **salas destinadas à hora-atividade** dos professores, equipadas com mesas, cadeiras, estantes e microcomputadores com acesso à internet que auxiliam no planejamento do trabalho docente. Além disso, há salas destinadas à guarda de materiais

específicos das disciplinas, todas equipadas com cadeiras, mesas, poltronas, armários, murais, quadro de recados, estante, escaninho, telefone, microcomputador e impressora.

Os laboratórios são utilizados constantemente e fazem parte da prática de ensino e aprendizagem das disciplinas que compõem a matriz curricular. Nas aulas de laboratório são aplicadas atividades práticas que compõem os indicadores de rendimento escolar.

Outros espaços diferenciados, de uso comum e com grande potencialidade pedagógica são duas salas com capacidade para oitenta pessoas cada, equipadas com data show, amplificador e caixas de som, DVD player e microcomputador (salas 113 e 213); **Salão Nobre**, com 309,60m², equipado com conjunto de mesa de honra, sistema de som, bandeiras históricas, obras de arte (quadros) e um piano de calda Isenfelder; **Auditório**, com 847,54m² e 850 lugares, dois complexos higiênico-sanitários, masculino e feminino, dois púlpitos, um piano de calda Isenfelder, mesa de iluminação, iluminação cênica com vinte canhões de luz, sistema de som com mesa de dez canais, cd player, quatro microfones, tela de projeção, quatro bandeiras (Brasil, Paraná, Curitiba e do colégio), dois camarins e depósito de materiais. No Salão Nobre e no Auditório Bento Mossurunga acontecem palestras, apresentações artísticas, aulas diferenciadas e reuniões que complementam o currículo escolar. Esses espaços também são utilizados por outros segmentos da comunidade, os quais solicitam ou alugam os espaços para eventos e atividades externas ao colégio, sem comprometer a rotina escolar.

A **Sala de cuidados** - localizada no andar térreo do prédio central (ala administrativa), próxima à recepção ímpar, tem por objetivo prestar o primeiro atendimento ao aluno e oferecer conforto e segurança em momentos de indisposição. O atendimento prevê o acompanhamento do estudante e comunicação à família, prioritariamente. Em casos mais graves, é solicitado atendimento médico de emergência, através do SAMU ou SIATE (em casos de trauma) e, informado o procedimento aos pais. A Sala de Cuidados presta atendimento primário também aos professores e demais funcionários do CEP.

Além de todos esses espaços, destaca-se a **Biblioteca**, com 390,72m², equipada com armários, cadeiras, fichários, mesas, poltronas, proporcionando ambiente adequado para estudos e atividades pedagógicas.

O Setor **Multimeios** realiza ações voltadas à utilização de recursos e tecnologias educacionais no Colégio Estadual do Paraná. Entre elas destacamos a conversão de

arquivos de áudio e vídeo para utilização em sala de aula. Este Setor responsabiliza-se pelos recursos tecnológicos existentes em espaços como auditório e salão nobre, operando-os durante os eventos e promovendo a manutenção primária desses equipamentos. Faz, ainda, empréstimo de equipamentos de suporte tecnológico para uso pedagógico em sala de aula e em outros espaços alternativos do Colégio, tais como projetor multimídia, rádios, TV multimídia, telas e alguns periféricos.

A **Escolinha de Arte** é composta por materiais e equipamentos para desenvolver o trabalho pedagógico nas quatro áreas: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança.

O **Complexo Poliesportivo** constitui-se de ginásio de esportes, pista de atletismo oficial, piscina olímpica oficial com plataforma de saltos e piscina de aprendizagem, campo de futebol, quadras de voleibol, basquetebol, futsal, handebol, salas de musculação, de ginástica rítmica e xadrez. Na Escolinha de Arte e no Complexo Esportivo são ministradas aulas de Arte e Educação Física, que fazem parte da composição curricular dos estudantes do colégio, além de serem utilizados em atividades extracurriculares e em cursos abertos à comunidade.

O CEP conta ainda com o **refeitório**, onde é servida a merenda escolar nos períodos da manhã, tarde e noite, além de almoço e jantar, na condição de reforço de merenda, para os estudantes que participam de atividades escolares em turnos diferentes dos quais estão matriculados. Os estudantes atletas, que participam das atividades desportivas, também utilizam esse tipo de serviço. Ainda como espaço de alimentação há a **cantina comercial**, que é administrada pela APMF do colégio.

O Colégio Estadual do Paraná possui um patrimônio cultural adquirido e acumulado ao longo de toda a sua trajetória, destacando-se uma **pinacoteca**. Essa coleção é um patrimônio público de grande valor histórico e de qualidade estética. Atualmente, é composta de vinte e oito obras de dezoito artistas, sendo muitos paranaenses, como o premiado Theodoro De Bona (1904-1983), Guido Viaro (1897-1971), Miguel Bakun (1905-1963), Poty Lazzarotto (1924-1998), entre outros. Grande parte desse acervo é composto por trabalhos de ex-estudantes, ex-professores, e até de artistas que tiveram vínculos distintos com o colégio, como Luis Carlos Andrade Lima (1933-1998) e Jarbas Schünemann (1951-1992). A distribuição dessa pinacoteca se concentra em três ambientes específicos no Colégio Estadual do Paraná: no Salão Nobre, na Direção Geral e na Escolinha de Arte. Embora não se tenha o registro exato do início dessa coleção, a

obra mais antiga data de 1887, “Nossa Senhora e o Menino Jesus”, do artista Joseph Weiss (1861-1952) e, por se tratar de uma coleção aberta, ainda recebe novas obras, como os recentes óleos sobre tela (2005), da artista Dulcirene Montanha Moletta (1941), doados em 2008.(GEORGE, 2011).

Pela Ordem de Serviço nº 4/1979, de 8 de maio de 1979, o Diretor Geral, Professor Osny Antonio Dacol, criou oficialmente o **Museu Professor Guido Straube**, cujo nome é homenagem ao mestre que o iniciou (STRAUBE, 1992). No dia 2 de agosto de 1979, houve a inauguração do museu pela então Secretária da Educação, Gilda Polli Rocha Loures, em nome do Governador José Richa, dando cunho oficial para esse empreendimento.

Em 1985, o Diretor Geral, Professor Eraldo Graeml, resolveu estender o Museu ao Salão Nobre, abrigando também a Pinacoteca e o setor Histórico do Estabelecimento centenário, designando a professora Carmem Lucia Rigoni para a coleta e recuperação do acervo e posterior instalação.

O Museu tem por finalidade preservar a memória do CEP, através da coleta de informações e elementos materiais sobre a Educação, no Estado, e, também, oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos seus objetivos. O Museu segue um Plano Museológico e Regimento Interno próprios, que atende às diretrizes gerais estabelecidas pelo CEP.

O Museu está hoje incluído no Catálogo de Museus do Estado do Paraná. Em seu acervo, possui material didático-pedagógico, mobiliários, símbolos, uniformes, troféus, medalhas, documentos, fotografias, taxidermia, entomologia, paleontologia e ictiologia. Existem, ainda, livros, documentos e objetos de uso pessoal do professor Guido Straube.

O acervo do Museu já possui um prévio registro e catalogação, uma vez que ele existe desde 1979. Porém, em um primeiro momento, estão sendo separados os objetos e obras bibliográficas raras e antigas e os documentos escritos e bibliográficos para pesquisa.

A casa destinada ao **Centro de Memória** tem 354m² e abriga o acervo histórico do colégio. É o espaço onde ocorre a catalogação e organização de documentos, mobiliário, fotos e as mais diversas formas de registro da história da instituição.

Em 2006 teve início no CEP o projeto de pesquisa, cujo objetivo era analisar o tratamento dado, na trajetória histórica do Colégio Estadual do Paraná, ao arquivo escolar e ao Museu Guido Straube, quanto à relevância, conservação e uso.

Com esse projeto, verificou-se a necessidade de uma reorganização do acervo documental do CEP. Assim, foi composta uma comissão gestora com membros do colégio e a participação da SUDE/SEED, através do projeto Museu da Escola e da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da UFPR. No ano de 2008 foi estabelecido, através de ato administrativo, o espaço físico para a administração do Centro de Memória, bem como espaço de exposição do Museu Professor Guido Straube e Sala de Arquivo Histórico.

Em 2009, mudou-se o foco do projeto para a criação do CENTRO DE MEMÓRIA do CEP, que abrange o entendimento de todo o Colégio como espaço de memória. A partir dessas discussões, criou-se um documento para normatizar seu funcionamento, sendo esse apresentado e discutido pelo Conselho Escolar em abril de 2010, tendo então sua aprovação.

O Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP) é um órgão complementar, subordinado à Direção Geral da Instituição, com pessoal técnico, pedagógico e administrativo próprio, que objetiva preservar e divulgar a memória e a história do CEP. Ainda em processo de organização, se constitui de acervos relacionados à memória e história do colégio, promovendo sua restauração, organização, conservação e divulgação.

Além de subsidiar estudos e pesquisas voltados à memória e história do CEP, ou outros relacionados à História em geral, por meio da disponibilização para consulta local de seu acervo, através da constituição de banco de dados, também organiza atividades com finalidades pedagógicas e culturais, difundindo a importância da preservação dos acervos escolares, da memória e do patrimônio histórico escolar, aproximando o CEP da comunidade interna e externa.

A **Seção de Documentação** Histórica do Centro de Memória do CEP abriga todos os documentos considerados de relevância para pesquisa informal ou científica, bem como para a preservação da memória da Instituição e da Educação.

Cabe a essa seção a conservação preventiva do acervo e a promoção de ações de divulgação e disponibilização do acervo documental. Os documentos do CEP, encaminhados ao Centro de Memória, são aqueles que estão fora de uso corrente na instituição ou em temporalidade de guarda legal.

Os documentos que legalmente são considerados como da vida escolar do estudante permanecerão no âmbito da Secretaria-Arquivo Geral.

A **Seção de Proteção do Patrimônio Histórico** do CEP é responsável pelo assessoramento das ações relativas à preservação da estrutura física da instituição. Tal seção visa a preservação de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor, são considerados de interesse relevante para a conservação da identidade e da cultura de um povo. No CEP há um conjunto de atividades e relações que forma coletividades, as quais criam um sentimento de pertencimento ao colégio.

Preservar é defender, proteger, resguardar, manter livre de corrupção, perigo ou dano e conservar, com o intuito de exercer o direito à cidadania. Cabe a essa seção o inventário dos espaços e objetos distribuídos pelo colégio, considerados importantes para a preservação histórica, bem como orientar a utilização dos mesmos.

O **Observatório Astronômico** Professor Doutor Leonel Moro e o **Planetário** Professor José Gomes Ribeiro, do Colégio Estadual do Paraná, são ambientes dedicados ao ensino e à pesquisa da Astronomia. O Planetário, além de atender aos estudantes do Colégio Estadual do Paraná, atende diversas escolas da rede pública estadual de ensino e também da rede municipal, de forma gratuita e durante todo o ano letivo. Desenvolve também trabalhos voltados para toda a comunidade escolar, com sessões abertas ao público em determinados finais de semana. As atividades são desenvolvidas em duas sedes: o Planetário, localizado junto ao prédio central do colégio, em Curitiba, e o Observatório, localizado em Campo Magro.

O Planetário, local onde são organizadas sessões de caráter pedagógico para os estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Profissional, durante o decorrer do ano letivo, possui capacidade de atendimento para 62 (sessenta e duas) pessoas por sessão. Além das atividades pedagógicas agendadas, o Planetário realiza Sessões Públicas para a comunidade curitibana, nas manhãs de domingo e nas noites dos primeiros sábados de cada mês.

No Planetário, onde se faz observação do céu com telescópios e a identificação de constelações, as atividades acontecem sob o monitoramento dos professores do Observatório. Quando as condições atmosféricas se apresentam muito adversas à observação astronômica, a programação é enriquecida com uma palestra pautada pelo uso de softwares livres sobre astronomia.

Em novembro de 2010 o Planetário passou por uma reforma quando suas paredes, que formam a pirâmide, foram impermeabilizadas para evitar infiltração, e suas poltronas foram substituídas por poltronas reclináveis, de forma a melhorar a percepção das

constelações apresentadas nas sessões. Além disso, em dezembro de 2010, ocorreu a manutenção do Projetor ZKP-1, possibilitando o retorno de aulas para todas as turmas do colégio, no ano de 2011.

O ensino de arte no Colégio Estadual do Paraná, com uma tradição de 60 anos, se dá por meio das aulas curriculares de arte, para o Ensino Fundamental, Médio e Profissional, e dos cursos modulados, ofertados em contra turno. Esses seguem propostas pedagógicas e metodologias diferenciadas, sendo necessária formação específica dos professores para atender cada proposta. Por isso, afirma-se que a **Escolinha de Arte** apresenta peculiaridades no que diz respeito ao corpo docente, respaldada por sua proposta pedagógica. Nela são ofertados cursos modulados, que surgiram na década de 1990, em função de mudanças administrativas e metodológicas ocorridas na época.

No ano de 1957, momento inicial da Escolinha de Arte, as atividades de desenho, pintura, modelagem, entre outras, eram ministradas como atividades livres. Qualquer estudante do CEP poderia participar das atividades sem inscrição prévia e com horários livres. A Banda, o Coral e o Grupo de Teatro Amador do CEP eram grupos independentes da Escolinha, tanto no que dizia respeito aos encaminhamentos pedagógicos como administrativos. Na década de 90, todos os grupos artísticos foram fundidos com a Escolinha de Arte. Naquele momento apareceram os cursos modulados, com características diferentes das antigas atividades livres. Os cursos se especializaram e foram abertos à participação da comunidade. Abriram-se os cursos de piano, violão, modelagem, coral, banda, teatro, entre outros.

Atualmente fazem parte da Escolinha de Arte a Banda Sinfônica Bento Mossurunga, o Coral do Colégio Estadual do Paraná, o Gruta (Grupo de Teatro Amador) e o Dancep (Grupo de Dança Contemporânea).

As aulas curriculares e cursos modulados são ministrados em ambientes adaptados à linguagem artística em questão. As salas, apesar de preparadas para atender às necessidades específicas do trabalho pedagógico em Arte, comportam no máximo 20 estudantes. Cada turma é atendida por dois professores de áreas diferentes.

Os professores trabalham na sua área de formação com a finalidade de manter a proposta da Escolinha: trabalhar os conteúdos de forma mais aprofundada e criar maior proximidade com o estudante e sua produção, podendo estar atento ao processo criativo e a suas variações.

A Escolinha de Arte comporta os seguintes ambientes:

Quatro salas de Música;

Uma sala de Teatro;

Uma sala de Dança;

Uma sala de Gravura;

Uma sala de Maquetaria;

Quatro salas de Desenho e Pintura;

Uma sala Multiuso com equipamento de áudio e vídeo;

Sala de Coordenação;

Sala de Modelagem.

Sala do Forno.

Os cursos modulados, ofertados em contra turno na Escolinha de Arte, são os seguintes:

Música: Teoria Musical, Instrumentos de sopro, Prática de Banda Musical, Piano, Expressão Vocal, Violão, Violino, Coro do Colégio Estadual, Coro jovem, Momento Música e Cidadania.

Artes Visuais: Técnicas de desenho, Desenho básico, Desenho figura humana, Desenho para Prévias, Gravura, Maquetaria, Modelagem em argila, Pintura em Tela, Pintura em cerâmica, Fotografia, Desenho ocupacional.

Teatro: Gruta, Literatura com teatro, Figurino.

Dança: Dança Contemporânea (Dancep), Dança de salão Iniciante, Tango, Expressão Corporal.

No ano de 2008, com o incentivo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a **Banda Musical** Bento Mossurunga passa a ser BANDA SINFÔNICA com um novo projeto de estruturação do trabalho, contando com instrumentos como Clarinete, Bass (Clarone), Trompas, Tubas, Tumbadoras, Bombo Sinfônico e Tímpanos, além dos instrumentos de sopro de Banda Musical.

Além do ensino regular de teoria musical, prática instrumental e ensaios gerais, as apresentações fazem parte integral na formação musical dos estudantes. A corporação apresenta-se nas diversas atividades do CEP e atende convites em Curitiba e Região

Metropolitana. Desfila tradicionalmente no Centro Cívico, todo ano, em comemoração ao dia Sete de Setembro, abrindo o desfile das Escolas da Rede Pública de Ensino. Sua participação nos concursos e campeonatos é outra forma de incentivo e avaliação do desenvolvimento musical dos jovens músicos, tendo obtido títulos de 1º e 2º lugar em diversos concursos na Região Sul e outras regiões do Brasil. No ano de 2009, a Banda Sinfônica Bento Mossurunga comemorou o seu cinquentenário.

No **Departamento de Educação Física e Esporte** são desenvolvidas as seguintes atividades Especializadas do Esporte: Atletismo, Basquete, Futsal, Futebol de Campo, Ginástica Laboral, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Voleibol, Musculação, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez.

Outras atividades desenvolvidas pelo Departamento de Educação Física e Esporte:

- Torneio de Futebol de Campo – CopaCep;
- Palestra: Traumas e Lesões na piscina;
- Festival: Eu tenho a Força (barra fixa, flexão solo, supino e cabo de guerra);
- Jogos dos Calouros (Calourão);
- AquáCep (Atividades Aquática no Final do Ano);
- Festival de Ginástica Rítmica.

O **CELEM - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas** visa promover a aprendizagem da Língua Estrangeira Moderna (LEM) nas quatro habilidades, falar, entender, ler e escrever; desenvolver a compreensão de valores sociais; e socializar conhecimentos sobre outras culturas. O CELEM é ofertado gratuitamente à comunidade escolar e à comunidade externa, disponibilizando os seguintes idiomas:

CURSOS OFERTADOS PELO CELEM/CEP

- Curso Básico de Língua Alemã (desde 1982)
- Curso Básico de Língua Espanhola (desde 1982)
- Curso Básico de Língua Francesa (desde 1982)
- Curso Básico de Língua Inglesa (desde 1982)
- Curso Básico de Língua Japonesa (desde 2004)
- Curso Básico de Língua Polonesa (desde 2010)

Cursos de aprimoramento

- Curso de Aprimoramento em Língua Alemã (desde 2008)
- Curso de Aprimoramento em Língua Espanhola (desde 2009)
- Curso de Aprimoramento em Língua Francesa (desde 2008)
- Curso de Aprimoramento em Língua Inglesa (desde 2010)

A carga horária semanal dos cursos é de 04 (quatro) horas/aula de 50 (cinquenta) minutos, distribuídas em até 02 (dias), não consecutivos, exceto as turmas de alguns idiomas com funcionamento aos sábados, para as quais a carga horária de 04 (quatro) horas/aula ocorre em um único dia.

O Curso Básico das Línguas Alemã, Espanhola, Francesa, Inglesa, Italiana e Polonesa tem duração de 02 (dois) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 320 (trezentas e vinte) horas/aula.

O Curso Básico da Língua Japonesa tem duração de 03 (três) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 480 (quatrocentas e oitenta) horas/aula.

O Curso de Aprimoramento das Línguas Alemã, Espanhola, Francesa e Inglesa tem duração de 01 (um) ano, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula. Os cursos do Celem são todos gratuitos, ou seja, não são cobradas quaisquer taxas e/ou mensalidades.

A oferta dos cursos é destinada aos estudantes da Rede Pública Estadual, regularmente matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), no Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA), num total de até 60% (sessenta por cento) das vagas sobre o número máximo de alunos por turma.

Esta oferta também é estendida aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções em estabelecimentos de ensino na Rede Pública Estadual de Educação Básica, SEED e NRE, num total de até 10% (dez por cento) das vagas sobre o número máximo de alunos por turma.

A comunidade poderá usufruir dos cursos, num total de até 30% (trinta por cento) das vagas sobre o número máximo de estudantes por turma, desde que comprovada a conclusão dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

São considerados candidatos/interessados da comunidade aqueles que já não estão mais estudando na Rede Pública Estadual.

O **CURCEP** é o Curso Preparatório para o Vestibular do CEP. O objetivo do curso é reforçar os conteúdos vistos em sala de aula, durante todo o Ensino Médio e familiarizar os estudantes com os estilos de questões cobradas em provas do ENEM e em vestibulares de anos anteriores.

Tendo em vista a preocupação em que os estudantes do CEP deem continuidade aos seus estudos no nível superior, a partir de 2012 reativou-se o CURCEP que havia sido encerrado em 2002.

Para o funcionamento do curso foram criadas duas salas com ambientes equipados com lousa interativa e professores capacitados. As duas salas destinadas para o funcionamento do curso (113 e 213), foram equipadas com tela multimídia, ventiladores de teto e readequação do quadro-negro para o formato oval, a fim de propiciar um ângulo maior de visualização, também foram disponibilizadas novas carteiras e cadeiras.

A demanda de atendimento tem sido de aproximadamente 300 estudantes, contando com aqueles que fazem o reforço preparatório para a prova do ENEM ofertado aos sábados no período da manhã.

Outra preocupação e cuidado se refere ao perfil do professor para trabalhar com um número grande de estudantes e conteúdos de todo o Ensino Médio. As metodologias precisam ser diversificadas, a fim de tornar as aulas mais dinâmicas, para que os estudantes que tiveram aula, durante todo o período da manhã, à tarde ainda, possam manter o estímulo e interesse para assistirem as aulas ministradas com grande quantidade de conteúdos.

Em 2010 teve início o projeto **CEP Sustentável** cujo objetivo é o de transformar o Colégio Estadual do Paraná no primeiro colégio totalmente sustentável em seu sentido mais amplo: pedagógico, histórico, acessibilidade, alimentação orgânica, energética, saneamento, conservação do patrimônio material e imaterial etc.

Os eixos do Projeto CEP Sustentável são compostos de uma série de programas que deverão ser desenvolvidos e implementados de forma articulada uns com os outros a fim de que não se perca o objetivo final da sustentabilidade, bem como não se transformem em ações independentes e até contraditórias entre si.

Programa Didático Pedagógico

Programa de Gerenciamento sustentável de Resíduos Sólidos

Programa de gerenciamento energético sustentável

Programa de Redução de desperdício

Programa de uso sustentável da água

Programa de Proteção Patrimonial

Programa de Restauro das instalações e Manutenção permanente:

Programa de acessibilidade

Programa de Alimentação orgânica

Programa de captação de recursos

A proposta de transformar o Colégio Estadual do Paraná do século XXII no primeiro estabelecimento de ensino totalmente sustentável se justifica, entre outros, pelos seguintes motivos:

- O CEP é o maior colégio público do Estado;
- É patrimônio histórico tombado;
- Tem sua história marcada pela formação de lideranças públicas e privadas no Estado;
- Está estrategicamente localizado;
- Possui autonomia financeira, com orçamento próprio;
- Por sua importância deverá servir de exemplo a outras iniciativas semelhantes;
- A grandiosidade, ousadia e importância da proposta tem facilitado o estabelecimento de parcerias, algumas das quais já em andamento;
- A sustentabilidade é uma exigência da sociedade;
- Há necessidade de redução de energia e desperdício;
- Os estudantes a serem formados nesse novo paradigma serão os futuros dirigentes que utilizarão o conhecimento e a vivência em um colégio sustentável, em sua vida profissional futura.

O **Setor de Estágio e Intercâmbio** do Colégio Estadual do Paraná conta com profissionais de pedagogia que, em consonância com a equipe pedagógica, oferta e acompanha o estágio obrigatório e não-obrigatório, ambos de caráter educativo e, em relação aos intercambistas, acompanha o rendimento, a frequência, bem como desenvolve projetos de inclusão, reuniões e trocas interculturais.

No que se refere ao Intercâmbio, o setor visa promover a inclusão do aluno Intercambista no espaço educativo, a troca intercultural entre eles e os alunos do CEP, bem como, desenvolver ações que possibilitem a interação entre os diferentes jovens,

diferentes idiomas, etnias, religiões e culturas. Anualmente, o CEP atende uma média de 13 intercambistas oriundos de todas as partes do mundo

A **Oficina de Robótica Educacional** contribui para a formação de nossos jovens de forma a reduzir desigualdades sociais e fazer o aluno valorizar o espaço da escola ao vivenciar uma aprendizagem significativa.

Implantar a tecnologia nas escolas é um desafio a ser vencido. Com esta visão o CEP, através da área de matemática, já utilizava tecnologia dentro da disciplina, como o uso do geogebra, lousa interativa, etc no Laboratório de Matemática. Em 2012 implantação de uma Oficina de Robótica, que inicialmente deveria atender 20 alunos no contraturno, com utilização de kit de robótica, onde seriam trabalhados além da programação, as relações com as disciplinas curriculares de matemática, física, química, inglês, etc.

Atualmente trabalhamos com três níveis:

nível 3 - com alunos do sexto e sétimo ano;

nível 4 – com alunos do oitavo e nono ano;

nível 5 – com alunos do Ensino Médio e Integrado.

O foco é discutir a tecnologia com um todo, dando ênfase importante a programação, conceitos geométricos de construção, conceitos físicos e eletrônicos, etc.

Atualmente atendemos 40 alunos em duas turmas, a primeira envolvendo o nível 3 e a outra o nível 4 e 5. Tendo como objetivos

- 4- Implantar um laboratório de Robótica Educacional em sala especialmente preparada.
- 5- Articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais.
- 6- Trabalhar com projetos capazes de instigar os alunos a serem criativos e desenvolverem técnicas que resolvam os desafios de montagem e programação dos robôs.
- 7- Trabalhar com conteúdos de diversas disciplinas, não fragmentados e associados a situações reais da vida moderna.
- 8- Explicitar conteúdos de Matemática contidos nas situações cotidianas e nos elementos tecnológicos utilizados na realização dos projetos.

- 9- Reduzir a desigualdade educacional e aumentar a permanência dos alunos nos ambientes escolares.

As oficinas serão realizadas no contra turno e as atividades serão trabalhadas em grupos de 3 ou 4 participantes. A carga horária inicial será de 1:40h semanal, durante todo o ano letivo, obedecendo ao calendário oficial da escola.

No CEP também são ofertadas aulas de **Reforço Escolar**. O Reforço Escolar é uma atividade ofertada aos estudantes de 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico que obtenham baixos resultados no processo de aprendizagem. As aulas ocorrem no contraturno escolar, como forma de auxiliar os estudantes a melhorarem seu desempenho e seu rendimento escolar.

Em 2016, teve início o projeto de **Aulas de Assistência** ofertado aos estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Ensino Médio Integrado que prevê o atendimento aos estudantes, no contra turno, por professores das disciplinas fundamentais. É mais uma possibilidade para o estudante esclarecer dúvidas e dificuldades, colher outras informações, sugestões bibliográficas e indicações de materiais para uma eventual pesquisa orientada. As Aulas de Assistência ocorrem em espaços pré-definidos dentro das dependências do colégio, nos três turnos (manhã – tarde – noite).

O **ProCEP** é setor vinculado à Divisão Educacional e tem por finalidade articular, pensar e dar suporte aos projetos que surgem ou se fazem necessários ao desenvolvimento intelectual e humano dos múltiplos atores que compõem a comunidade escolar do Colégio Estadual do Paraná. Sua atuação se concentra sobre duas frentes:

- 1- Projetos que se articulem ao universo de aprendizagem do estudante, possibilitando uma incursão filosófica, sociológica, artística, econômica e política da história das sociedades humanas, tais como: Previnecep, Mostra Interdisciplinar, Mostra ambiental e Mostra da Saúde e outros.
- 2- Projetos de formação de professores e funcionários que enriqueçam a perspectiva destes profissionais em relação ao paradigma de sua prática pedagógica. Nesse intento, o ProCEP buscará, na medida do possível, oferecer eventos e cursos que garantam a certificação aos professores e funcionários, por entender que este elemento faz parte da valorização do educador que reconhece seu papel e busca aprimorar sua formação e sua prática educativa.

Cabe ao ProCEP:

- I. Elaborar projetos de formação, cursos, palestras e eventos com vistas no aprimoramento dos profissionais da escola nos diferentes turnos;

- II. Desenvolver e dar suporte às ações pedagógicas, apoiadas em projetos que favoreçam o desenvolvimento intelectual e a prática de educadores e estudantes;
- III. Promover eventos científicos e culturais que estreitem as relações entre os educadores e educandos;
- IV. Propor e apoiar ações, fundamentadas no Projeto Político Pedagógico da escola, que contribuam para o sucesso escolar;
- V. Desenvolver ações que estimulem práticas preventivas em vários campos do desenvolvimento humano com base nas áreas do conhecimento numa perspectiva integrada;
- VI. Promover momentos e situações para que nosso estudante construa uma aprendizagem significativa na formação integral para o exercício pleno da cidadania;
- VII. Instigar o debate que leve o educando à mudança e à transformação social na luta pela implementação dos Direitos Humanos;
- VIII. Refletir acerca das questões do meio ambiente e as soluções existentes com base nos princípios da sustentabilidade socioambiental;
- IX. Estimular e desenvolver o olhar crítico de maneira interdisciplinar dos conteúdos trabalhados nas diversas áreas do conhecimento para a apresentação na Mostra Interdisciplinar.

PROJETO “SEDUÇÃO E LINGUAGEM POÉTICA”

As manifestações culturais orais não se traduzem apenas em formas de comunicação, constituem modos específicos de transmissão de conhecimentos sociais, utilizando a oratória. Nesse sentido, a escola promove um projeto intitulado “*Sedução de Linguagem Poética*”, que envolve, a escrita, a arte plástica e principalmente oralidade. No contexto da oralidade o trabalho com a poesia envolve o aluno na questão da memorização, dicção, entonação frasal, expressão corporal e interpretação, culminando com um concurso de declamação de poesias e a publicação de um livro com os 90 melhores poemas produzidos pelos alunos.

Este projeto está na sua 15ª edição. O trabalho do professor de Língua Portuguesa ganha realce em face dessa situação, visto que o aluno precisa adaptar-se criticamente à língua, desenvolvendo a capacidade de maior compreensão dessas formas de comunicação e evitando ser um receptor passivo.

Para proporcionar ao aluno, essa interatividade, com oralidade, arte plástica e escrita, o Laboratório de Língua Portuguesa vem consolidar o trabalho de sala de aula.

As aulas de laboratório estão atreladas ao processo de interação entre o aluno-professor laboratorista e as aulas ministradas no laboratório, envolvem a questão visual, com plataforma digital. Portanto, as aulas de laboratório estão vinculadas ao planejamento da disciplina, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio e Profissionalizante, no sentido de auxiliar e aprofundar os conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo.

Por exemplo, no projeto de “*Sedução de Linguagem Poética*” toda a preparação para a concretização do projeto é realizada no laboratório, fazendo uso de ferramentas como vídeos com declamações de poemas, imagens, slides, iconografia entre outros recursos. Além disso, as aulas de laboratório estão voltadas para a Literatura, produção textual e metodologia científica.

No que diz respeito a Literatura o professor laboratorista prioriza a análise mais aprofundada de textos literários. na produção textual a prioridade é a coesão, coerência e argumentação, ou seja, dar suporte ao aluno para uma melhor produção textual e a metodologia científica objetiva preparar o estudante para elaboração de trabalhos acadêmicos.

Dessa forma, o aprimoramento da competência linguística e o caráter dinâmico dos gêneros discursivos, possibilita ao estudante transitar por diversas esferas de comunicação. A prática de análise linguística, é competência do professor de Língua Portuguesa estabelecer ações que priorizem o uso social da língua.

4.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS

O **Conselho Escolar** é composto por representantes de todos segmentos da comunidade escolar, presidido pela direção do colégio e configura-se de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora. Seu objetivo é o de avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

A **Associação de Pais, Mestres e Funcionários** (APMF) objetiva aproximação entre pais, professores e funcionários, a fim de garantir a democratização da gestão

escolar e tem sua constituição, funcionamento e objetivos definidos em estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral.

O **Grêmio Estudantil** do Colégio Estadual do Paraná (GECEP) é instância de gestão colegiada de representação do Corpo Discente. Tem sua constituição, funcionamento e objetivos definidos em estatuto próprio. Cabe às Direções Auxiliares e a Equipe Pedagógica acompanhar as atividades do Grêmio Estudantil, como suporte para seu bom funcionamento, respeitando a autonomia e o Estatuto Próprio. O Plano de Ação do GECEP deve estar em consonância com o Regimento Escolar e a Proposta Pedagógica do Colégio .

A **Equipe Multidisciplinar** é constituída, de acordo com o Projeto Político Pedagógico e as Instruções 17/2006-SUED, 10/2010-SUED/SEED e Resolução 3399/2010-GS/SEED. Cabe à Equipe Multidisciplinar valorizar a presença dos(as) educadores(as), funcionários(as) e estudantes(as) negros(as) e indígenas do Estabelecimento de Ensino, promovendo a capacitação, participação e motivação em cursos, palestras e oficinas promovidas pela SEED, IES e outras instituições; promover ações para quebrar os preconceitos em relação à cultura africana e indígena, buscando o fim de uma visão estereotipada das populações indígenas, africana e afrodescendente, promovendo a equidade e o respeito; interferir nos possíveis conflitos étnicos presentes no cotidiano escolar, promovendo o diálogo, a capacitação e o respeito às diversidades étnicas, e orientar nos casos que ultrapassam os limites da ação pedagógica da Equipe Multidisciplinar para que sejam avaliados pelas instâncias competentes.

A equipe deve, ainda, promover a aproximação entre a escola e o Movimento Negro e Indígena, estabelecendo diálogo entre as ações no campo da educação e suas implicações no cotidiano da escola; estabelecer a efetivação no PPP da escola e no Plano Curricular das diversas disciplinas, conteúdos e discussões previstas na atual legislação educacional com relação à educação para a promoção da igualdade étnico-racial e a diversidade sexual; desconstruir ações e manifestações de cunho racista e/ou preconceituoso no espaço escolar entre professores, estudantes, funcionários, pais e responsáveis; socializar com toda a comunidade escolar os conteúdos apreendidos em capacitações, cursos, oficinas e palestras relacionadas à temática das relações étnico-racial e da diversidade sexual.

Outra importante frente de atuação da Equipe Multidisciplinar é interagir com os(as) educadores(as) em suas práticas educativas para que promovam a educação para as relações étnico-racial e para o respeito à diversidade no cotidiano da sala de aula, pensando conteúdos, práticas cotidianas e relações entre os sujeitos da comunidade

escolar. Deve também promover oficinas e palestras durante o ano letivo e nas Semanas Pedagógicas voltadas para a orientação a respeito da temática das relações étnico-racial e da diversidade sexual; organizar atividades de formação e orientação para professoras(es), estudantes, mães e pais, responsáveis e agentes educacionais, com o objetivo de promover o respeito à diversidade.

Também cabe à Equipe Multidisciplinar orientar a Secretaria do colégio para que, no ato da matrícula, seja preenchido o item cor/raça dos estudantes de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 156/2004-MEC/INEP, art. 1º, parágrafo 2º, bem como a apresentação de tabulação de dados referentes a este item, justificado pela necessidade de postar dados sobre a representação étnica e identidade dos estudantes, com o objetivo de mapeamento étnico do colégio; auxiliar a Secretaria do colégio para que, no ato da matrícula, seja considerado o Parecer CP/CEE nº 01/09, bem como as orientações da Secretaria de Estado da Educação a respeito do uso do nome social.

Por fim, porém não menos importante, a Equipe Multidisciplinar deve divulgar para os docentes e Equipe Pedagógica acervo (livros, teses, artigos, dissertações, vídeos, músicas, jogos) disponível na Biblioteca e no Setor Multimeios relacionado à educação das relações étnico-raciais e História e Cultura Afrobrasileira e Indígena; articular Projetos de Extensão com as Instituições de Ensino Superior públicas, privadas, o Movimento Social relacionado à temática para capacitação de diferentes conteúdos em relação à História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena; explicitar, conhecer e divulgar as ações afirmativas existentes na sociedade; prevenir práticas de bullying; articular grupos de estudantes compostos pelas diversas modalidades de ensino para atuar como colaboradores nas ações da Equipe Multidisciplinar e multiplicadores de ações voltadas ao respeito nas relações étnico-raciais e a diversidade sexual, social e cultural.

5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR

O CEP tem muitas especificidades que precisam ser observadas, entre elas a questão do quantitativo humano que o compõe. No que diz respeito ao contingente de professores, pedagogos e funcionários, em 2017, o CEP conta com mais de 500 profissionais (funcionários, professores e equipe pedagógica). Destes, aproximadamente, 370 são professores que atuam em um ou mais turnos de funcionamento do Colégio.

Em relação ao corpo discente, no último ano (2016) foram matriculados no CEP 4.805 estudantes. Essa é uma média que vem se mantendo nos últimos anos, com pequenas oscilações.

O número de desistentes é de aproximadamente 10% e a maior concentração está nos cursos técnicos subsequentes, principalmente no 1º e 2º semestres.

Outro dado importante e que merece destaque, se refere às reprovações. O número de estudantes retidos na mesma série teve queda significativa nos últimos dois anos (2015: 332 alunos reprovados e 2016: 276 alunos reprovados), reduzindo a praticamente metade do número dos reprovados em 2014 que foi de 484 estudantes reprovados. O índice de retidos em 2016 representa 5,7% do total de matriculados no mesmo ano.

Esses dados e índices quantitativos, bem como outros oriundos tanto de avaliações externas quanto e, principalmente, relativos a avaliação interna e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, devem ser pautas de contínuos estudos e debates, com vistas ao aprimoramento da prática pedagógica, função primeira da escola.

6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Este documento não se propõe a reproduzir formatos ou modelos padronizados ou capitulados. Neste sentido, não está dividido em Marcos organizacionais (marco situacional, conceitual e operacional). Ele expressa a dinâmica do processo de construção coletiva em curso desde 2011 por meio da qual foram oportunizados debates acerca da função social da escola pública.

Democracia como liberdade de expressão, contudo, não significa consenso. O processo de produção de um documento orientador que envolve mais de 400 profissionais da educação, dentre eles professores e funcionários não pode pressupor uma unidade consensuada de concepções e teorias. Mas é inegável que o processo de discussão para a construção deste documento, bem como, sobre o papel formativo da Educação Básica, oportunizou um movimento dialético de produção e sistematização do próprio conhecimento pedagógico.

6.1 CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR

Não apenas a concepção de educação escolar, de currículo e de ensino aprendizagem, fruto das discussões conceituais, constam nesse documento. As contribuições e reflexões dos profissionais da educação trouxeram um elemento importante a ser discutido ante à organização do trabalho pedagógico: a concepção de democracia como método e gestão e o papel das instâncias colegiadas neste contexto.

Segundo Ferreira (2002) Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão, de quem tem consciência do coletivo – democrática - de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

Os mecanismos de gestão escolar se expressam a partir de uma clara compreensão do que é democracia, concebendo esta como concepção e método. É democrático na escola: uma educação com qualidade, a socialização do saber construído coletiva e historicamente pela humanidade, a participação ativa dos cidadãos na vida pública, o exercício da cidadania, a participação dos profissionais e da comunidade escolar, a autonomia administrativa e pedagógica, a mobilização dos segmentos de

gestão a partir de suas várias instâncias: conselhos escolares, grêmios estudantis, associação de pais e professores e os conselhos de classe, enfim, a construção coletiva do projeto político-pedagógico real e não formalista.

É democrática a consolidação de um projeto comum de educação que não se perfaz pelos interesses subjetivos e pessoais. Isto significa que na escola pública a democracia se efetiva na participação de todos os envolvidos com a prática pedagógica nos mecanismos de gestão, dentre eles o **Conselho Escolar**. Este, portanto expressa a representatividade dos seus segmentos. Discutir a pauta, propor nas reuniões e dar o retorno necessário aos pares dos segmentos, implica no movimento para o processo decisório democrático. A concepção de gestão passa, nesta perspectiva, pela formação continuada dos conselheiros e dos demais mecanismos de gestão.

Segundo CURY (2006), o termo conselho baseado em consus se refaz no latim – consilium – que vem de consulo ou conselho “ouvir alguém, submeter algo a deliberação após ponderação refletida, prudente e de bom senso. Este conceito se consubstancia na ideia de *dia-logo*. Para os gregos logos é a dimensão humana que, pela razão e bom senso, evita as guerras e se dissemina pela cidadania. O logos encontra sua expressão máxima no diálogo público”. Portanto “diálogo” pressupõe sementeira das ideias e a solução democrática dos conflitos encontra-se no logos como elemento fundante da vida coletiva.

Logos pressupõe convencimento – convencer significa vencer com o outro numa atitude não violenta e sim acolhedora para que no bom senso e diálogo público se plantem as ideias.

O diálogo, contudo, não está para a harmonização ou consenso. Ele se faz e refaz em argumentos, concepções, leis, práticas, enfim, na base pedagógica, filosófica, política que condiciona a prática escolar. Chegar a uma decisão, portanto, implica num processo muito mais dialético que dialógico.

É com base na dialética que podemos conceber a necessidade de que as discussões em torno da escola, estabelecidas no Conselho Escolar possam suscitar o movimento e o avanço. É com esta visão que as decisões no interior da escola devem ser tomadas de forma coletiva e não de portas fechadas sob os desígnios de um gestor centralizador. É com esta concepção que o Conselho Escolar – órgão máximo de gestão no interior da escola – encontra sua legitimidade. No entanto ele não pode ser tomado apenas como forma de legitimar as decisões já tomadas.

Portanto, o Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, organizado para promover a democracia no interior da escola e exercer a cidadania a partir do controle social.

Até o último momento de debate coletivo amplo, ocorrido em 2014, de acordo com a análise dos professores, a construção do processo democrático no CEP ainda é recente em função da eleição de diretores ter iniciado há poucos anos. Na percepção dos professores a efetiva democratização da escola ainda está por se consolidar, haja vista as diferentes formas de representação em relação à atuação dos segmentos de gestão e da própria equipe diretiva.

Ante a este equilíbrio dos processos democráticos destaca-se também a compreensão dos profissionais da educação ressaltando a importância da democratização dos espaços públicos bem como a liberdade de expressão; pode ir e vir; prestar concurso público; respeitar os direitos e deveres de cada cidadão.

Isto posto, nesta perspectiva, há que se conceber a diferença entre cidadania e solidariedade. Segundo o grupo, contribuir com as tarefas do dia a dia é condição para que o trabalho ocorra, não é prática solidária. A este respeito destaca que “falta companheirismo entre os colegas” tem sido um dos grandes gargalos da prática educativa. A formação para a cidadania pressupõe direitos consubstanciados e amparados pelas leis. Neste pressuposto a indispensável solidariedade diz respeito à relação interpessoal, enquanto a cidadania está amparada judicialmente. A solidariedade se baseia mais nas relações sociais; no entanto, direitos e deveres não são compartilhados são conquistados como direito. Exercer cidadania, implica em ser engajado, participar, formar opinião.

Embora não justapostas, estas duas dimensões: 1 - formação para a cidadania e 2 - prática diária (concebida no respeito e na solidariedade para com os colegas) são inerentes à formação humana, as quais, segundo análise do grupo, ainda devem avançar na perspectiva do PRINCÍPIO da igualdade.

O grupo de professores, por sua vez, acerca deste tema, destaca também que, embora na escola não se trabalhe no âmbito do assistencialismo e sim tomando a educação como um direito subjetivo e inalienável, vale ressaltar que em alguma medida a solidariedade coexiste com o direito. Isto se expressa na possibilidade de garantir, por exemplo, a participação em competições para as quais doam-se uniformes. Esta prática, por sua vez, pode ser referenciada pela concepção de sustentabilidade referenciada por

grande parte dos docentes, a qual deve ser mais aprofundada.

A **Equipe Multidisciplinar** do Colégio Estadual do Paraná é formada por professoras/es, agentes educacionais I e II, representantes das Instâncias Colegiadas, pedagogas/os, ex-alunas/os e representantes dos Movimentos Sociais. A equipe foi formada a partir da Instrução N.010/2010 - SUED-SEED, tendo em vistas as disposições contidas nas Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 que alteraram a Lei n.º 9.394/96 no seu Art. 26 A; no Parecer CNE/CP n.º 03/04; na Resolução CNE/CP n.º 01/04; no Estatuto da Igualdade Racial; Deliberação n.º 04/2006-CEE/PR e na Resolução 3399/10/SEED. O Colégio Estadual do Paraná considera a necessidade de uma educação inclusiva, preservando a identidade dos alunos, desenvolvendo-o, respeitando sua formação prévia. A Equipe Multidisciplinar vem em resposta à lacuna apresentada no currículo e nas práticas escolares no tocante à cultura e história africana e indígena, elementos fundamentais na construção da identidade brasileira. A partir da promulgação das leis, gestores, professores e funcionários passaram a buscar alternativas que possibilitassem a discussão e a efetivação das mesmas. No CEP, a equipe multidisciplinar busca também uma discussão pautada nos direitos humanos, compreendendo que a humanidade faz parte de uma história maior, entrelaçada de significações que precisam ser desveladas e ressignificadas à luz do nosso presente e de nossas perspectivas de futuro.

Outra instância colegiada importante no CEP é o **Grêmio Estudantil** que é fruto da organização política dos estudantes, incentivado pela equipe gestora e pedagógica da escola. A atuação do Grêmio se dá tanto nas frentes de reivindicações e defesa dos interesses imediatos dos estudantes quanto na participação em discussões e decisões que envolvem as dimensões pedagógicas mais amplas.

6.2 CURRÍCULO E GESTÃO NO CEP

O Colégio Estadual do Paraná vem sendo identificado pela sua concepção efetivamente inclusiva e democrática. É democrática quando concebe na prática o fortalecimento do Conselho Escolar como órgão máximo de gestão da escola de modo a não centralizar as decisões no âmbito do gabinete da direção geral. Neste sentido, a gestão será construída com e para os estudantes, pais, funcionários, professores, equipe pedagógica em seus órgãos de representatividade como CRT, GECEP, APMF, Divisão Educacional e Equipe Diretiva. É democrática também quando concebe a universalização

do acesso à escola pública.

O projeto de um CEP para a elite marcou um dado momento histórico, há mais de 50 anos atrás quando a escola pública era destinada apenas aos filhos da burguesia - a classe que tinha maior força sobre o Estado - isto quando não representava a própria elite dirigente do estado liberal. Entende-se, hoje, que o CEP deve representar um projeto de inclusão e emancipação dos filhos da classe trabalhadora, ou seja, de nossos filhos e daqueles que, pela escola, veem a possibilidade de inclusão e emancipação social.

O projeto de escola fundamenta-se nos princípios emancipador, democrático, inclusivo que pela excelência em educação, ciência, cultura e ensino possibilita o acesso aos conhecimentos universais, disciplinares e interdisciplinares de modo dinâmico, que conceba trabalho como princípio educativo. Isto possibilita que, se tomadas decisões em conjunto, pelo coletivo da escola, novos projetos podem surgir durante o processo pedagógico abrindo espaço para ideias e sugestões vindas de estudantes, professores, equipe pedagógica e outras gestadas durante o ano letivo de modo a ir ao encontro do planejamento pedagógico.

Este projeto pretende trazer para as discussões pedagógicas temas que há muito já estavam no seio da prática pedagógica, mas que apenas nos últimos anos ganharam mais espaço com o processo de sistematização do Projeto Político-pedagógico, tais como a discussão da diversidade de gênero, etária, cultural, étnica e a perspectiva inclusiva de todos os estudantes e profissionais da educação, enfrentando o preconceito através do conhecimento. Isto significa trazer para o debate pedagógico estas questões de forma multidisciplinar.

Outra característica marcada pelo projeto que encontra ressonância na concepção de gestão que se pretende é sua concepção interdisciplinar no que se refere à concepção de currículo. Se a concepção é democrática, integrada, integral e inclusiva, significa que não pode haver hierarquia entre as disciplinas; todas são fundamentais para a formação humana de forma integral. Há, portanto, a necessidade de rediscutir a própria matriz curricular à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

A análise da organização do currículo do ensino médio traz a tona a necessidade de retomar a discussão da matriz curricular do estabelecimento de ensino e as recentes discussões a respeito da reforma do Ensino Médio.

Ainda na perspectiva da busca de uma possível organicidade no interior do colégio, concebe-se que não pode existir “escolas” divididas em turnos. O CEP é uma escola que

deve ser orgânica na forma de concepção e ação em seus projetos e rotina. A concepção de um projeto – do projeto político pedagógico do CEP, além da unicidade de ação deve garantir esta integração. Por isto, o projeto de escola e de gestão que se pretende têm a mesma concepção ou a predisposição para o entendimento de uma concepção pedagógica comum – uma concepção filosófica de homem integral.

Esta concepção também se expressa no trato igualitário entre todos os que trabalham no CEP. Assim como não deve ocorrer hierarquização no processo pedagógico, a relação entre todos os professores, funcionários, equipe pedagógica e diretiva, também não se concebe a hierarquia no trato entre estes profissionais; todos de maneira igualitária têm direito à formação continuada, à participação no processo de tomadas de decisões. Significa a proposta mais avançada em termos de coletividade sem perder o elemento da subjetividade que torna as pessoas individuais sem serem individualistas.

Uma escola se constrói e se reconstrói todos os dias com ações pedagógicas e políticas transparentes, onde todos são respeitados em seus direitos, em suas opções político-pedagógicas, que possibilita a participação dos estudantes, que os escuta que cria canais para que essas vozes individuais e coletivas se transformem em ações concretas de mudanças, de paradigmas, de saberes, de uma nova educação para um novo cidadão, para uma nova sociedade, para um novo país e Estado.

Sonhar com uma educação de qualidade e direito de todos é um direito que todos nós devemos ter. E sempre juntos vamos transformando esses sonhos em realidades, a passos seguros e sempre juntos com a comunidade. As mudanças estão ocorrendo, uma escola é feita de humanos e para humanos com seus sonhos e frustrações, tristezas e alegrias, mas sempre tendo a esperança nos olhos e os sentimentos no coração como objetivos centrais.

Uma escola se modifica em ações administrativas que sempre tenham por princípios a transparência do uso do dinheiro público, o respeito com os contribuintes que esperam que seus impostos sejam aplicados da melhor maneira possível. Uma escola muda com uma direção que não somente segue estes princípios, mas comprometida com as lutas do povo brasileiro. A democracia vai se efetivando numa escola que se constrói com um projeto pedagógico emancipador com uma gestão comprometida com os avanços democráticos.

6.3 A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Este não é um texto de autoria e, também não um texto acadêmico orgânico na concepção do termo, mas representa a síntese possível das falas, das representações e posicionamentos de todos os envolvidos sobre a função social da escola pública. Esta é a concepção pretendida.

Buscou-se explicitar os principais fundamentos sobre o caráter formativo da educação pública: que desenvolva a reflexão, a racionalidade, a emancipação e autonomia intelectual do nosso estudante, o desenvolvimento da capacidade de pensar sobre, com e no conhecimento, para então pensar sobre o mundo e a realidade que o cerca: uma educação sobretudo para as práticas inclusivas, para emancipação e a humanização.

6.3.1 Aspectos Epistemológicos e Pedagógicos

Os elementos da Organização do Trabalho Pedagógico não dispensam análise e contextualização legal. Ainda que a representação e definição de concepções estejam fundamentadas na função histórica da escola pública no Brasil e, desta forma, nas contradições de um Estado capitalista contemporâneo, há de se contextualizar algumas demandas legais que condicionam o papel da educação.

Mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, após a abertura democrática no Brasil, demandaram à sociedade e, por consequência, à educação, o atendimento a uma concepção social e pedagógica absolutamente inclusiva. Esta demanda consubstancia-se na total inclusão de todas as formas de manifestação, expressão, crenças, no pleno respeito à condição etária, de gênero, de raça e de culturas. No contexto das demandas expressas na e advindas da legislação vigente, as bases legais pautam-se em perspectivas multiculturalistas.

Nesta perspectiva, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 1º, incisos I e II, elegeu como Fundamentos da República “a cidadania e a dignidade da pessoa humana fundamentais à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (...), consolidando assim, as características multiculturais e pluri étnicas do povo brasileiro”. Demandas em torno do currículo, portanto, não somente ampliaram como, sobretudo, acirraram conceber o currículo escolar como uma “arena” de luta e disputa de interesses, necessidades e demandas, as quais deveriam ser expressadas na condição de saberes escolares.

Segundo Lopes (2005), muito mais que listagem de conteúdos, o currículo expressa um processo constituído por um encontro cultural, de saberes e de conhecimentos escolares. Diversos grupos que se sentiam contemplados em ver reconhecido o seu referencial identitário a partir da Constituição de 1988, tomaram o currículo como a possibilidade de fazer um movimento contrário à uma visão hegemônica e conservadora de sociedade e, portanto, da própria educação escolar. Ainda que esta discussão tenha trazido um embate ideológico entre as teorias de currículo, de certa forma, estava-se legitimando uma concepção de escola pública.

Em outros termos, a Constituição Federal, absolutamente inclusiva, traz ao debate diferentes grupos étnicos, raciais, religiosos, etários, movimentos sociais, culturais, de gênero, pessoas com limitações no processo de aprendizagem e desenvolvimento, enfim todos os sujeitos para pensar numa escola que os insira nos processos de construção social, cultural e escolar. Quando a educação escolar vai ao encontro das necessidades dos que, no decurso da construção da história brasileira, tiveram suas vozes, culturas e peculiaridades caladas ou negadas no processo de “civilização”, bem como, quando o papel da escola vai ao encontro das necessidades daqueles que dependem da escola pública como espaço de acesso ao conhecimento, então, efetivamente, estamos falando em democracia e, portanto, da função social da escola pública.

No entanto, não podemos imaginar que esta função esteja naturalizada. Se o currículo, efetivamente, expressa um campo de diferentes intenções e concepções, no decurso deste debate curricular encontram-se interesses opostos sobre o papel da escola. Há os que veem na educação pública uma possibilidade de promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Historicamente a escola pública foi vista como espaço para formar a mão de obra necessária para ocupar os postos de trabalho e, com isto, formar o trabalhador mecânica, pragmática e tecnicamente. Por outro lado, há os que imaginam uma educação para além dos aspectos mercadológicos – uma educação para a emancipação humana através dos conhecimentos universais. Em outra perspectiva, há os que buscam nela possibilidades de ver reconhecido seu referencial identitário: de cultura, de gênero, étnico, racial, religioso ou etário³.

³ Neste contexto, a LDB 9394/96 também legitima a perspectiva inclusiva com o ensino ministrado em princípios, tais como: I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito a liberdade e aos direitos; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática

De certa forma, os documentos orientadores advindos de toda a reforma curricular a partir de 1990, expressaram este hibridismo de concepções. Não nos propomos a defini-los ou a explicitarmos, mas apenas justificar que toda e qualquer tentativa de analisar uma concepção de educação pública não pode furtar-se de conceber que a sistematização de um documento orientador expressa a representação dos educadores e profissionais da educação em torno deste híbrido contexto político, social, cultural e pedagógico.

O hibridismo curricular não apenas está expresso nos documentos curriculares oficiais; ele revela as próprias contradições do estado capitalista contemporâneo. Nesta perspectiva, faz-se mister contextualizar a relação entre o estado republicano, de direitos, as suas formas de legitimidade e sua imbricada relação com o modo de produção como contexto, bem como conteúdo, pelo qual torna-se possível formar para a democracia, participação e controle social.

Esta análise, fundamentada em Przeworski (1995), nos permite conceber que, ao dar voz, conciliar e mediar os diferentes segmentos e relações sociais configuradas pelo modo de produção capitalista, o Estado concilia concepções e representações distintas.

O Estado é uma unidade conflituosa de alianças de poder e está num equilíbrio instável e permanente (POULANTZAS, 1985: 145). O conflito (antagonismo capital *versus* trabalho) está na base da sociedade capitalista, mas o Estado visa, através de mecanismos de representação, criar a sensação de que existe neutralidade criando “consensos entre certas classes e parcelas dominadas em relação com o poder público” (POULANTZAS, 1985, p. 33).

O Estado capitalista, adverte Poulantzas (1985), possui uma “autonomia relativa” em relação às classes/frações de classe em conflito e disputa, mas enquanto Estado capitalista, tem como objetivo assegurar “a organização do interesse geral da burguesia sob hegemonia de uma de suas frações” (p. 147).

Essa concepção de Estado de Poulantzas auxilia a compreensão do papel do Estado no contexto da disputa das políticas educacionais (aprovação de leis e efetivação de políticas). É no espaço da disputa política que as legislações educacionais são aprovadas e que a política educacional se concretiza.

Na esteira das contradições do papel do Estado, em 2010 a Secretaria de Estado da Educação lança as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCEs). Em 2011 as

DCEs são aprovadas e legitimadas pelo Conselho Estadual de Educação como Diretrizes Orientadoras do currículo estadual.

Estas diretrizes assumem um posicionamento diferente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1996, em especial na forma de organizar o conhecimento no currículo. Os PCNs, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica MEC/DCNEB parecer nº07/2010, não propriamente sugerem a organização curricular de forma disciplinar. As DCEs, por sua vez, adotam o currículo disciplinar como forma de organização do conhecimento científico historicamente produzido.

Segundo o documento, conceber o currículo disciplinar “significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte”.

Esta concepção de currículo assume bases societárias e democráticas na medida em que prevê a socialização do conhecimento produzido historicamente no coletivo da humanidade. O conhecimento, por sua vez, é a via para conceber a sociedade de forma crítica frente às contradições sociais, políticas e econômicas, engendradas pela própria forma capitalista de produzir o saber.

Hoje, ante às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica temos um “guarda chuva” de possibilidades de conceber a função social da escola pública, bem o como a organização do conhecimento no currículo. Segundo a DCNEB (CNE, MEC, DCNEB nº 04/2010) os conhecimentos podem ser organizados em forma de Temas Geradores, Eixos Temáticos, projetos de aprendizagem, de forma transversal, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.

A DCNEB visa integrar as três etapas de ensino - Educação Infantil, Fundamental e Médio no princípio da inseparabilidade entre cuidar e educar - em uma única Diretriz a partir da Resolução da DCNEB nº 4/2010.

Primeiramente, destaca-se que, segundo o documento da Diretriz Nacional, Diretrizes expressam o “conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas (DCNEB 2010).

De um lado, temos contempladas as necessidades históricas e culturais de ver

reconhecidos os referenciais identitários de cada grupo social, étnico, de gênero, racial, religioso, etário. De outro, temos a proposta de reorganização curricular que pode correr o risco de perder a especificidade da escola pública secundarizando os conteúdos de ensino.

Não se pretende realizar a análise curricular de uma ou outra Diretriz seja estadual ou nacional. Vislumbra-se, de antemão, situar que o processo de construção e a continuidade da sistematização do PPP do CEP não está alheio a estas políticas curriculares. Ao contrário, buscou-se nestes referenciais sistematizar a representação dos nossos professores e aprofundar algumas análises necessárias para aproximar uma concepção que marcasse o documento orientador. O objetivo aqui é destacar o posicionamento dos professores do CEP acerca da importância de se conceber o conhecimento disciplinar a partir da epistemologia de sua ciência de referência e, neste sentido, disciplinarmente e interdisciplinarmente.

Portanto, não obstante a este conjunto de significados, concepções e definições que se misturam nesta batalha curricular, a continuidade das discussões do PPP partiu também das representações dos educadores deste estabelecimento de ensino. Isto significa que a análise aqui sistematizada não ignora o hibridismo curricular configurado pelas políticas curriculares em questão, mas busca tornar comum, minimamente uma concepção de trabalho na escola pública.

Este trabalho pedagógico, portanto, é planejado e intencional. Parte-se do pressuposto que, para além das diferentes teorias e concepções de currículo, o aluno da escola pública deve ter seu direito a educação garantido. Educação escolar significa o acesso e produção do conhecimento de forma humanizadora e emancipadora. Escola não é espaço de senso comum. É a partir do conhecimento que a humanidade produziu, há dezenas de milhares de anos, pelas relações de trabalho, o conhecimento científico, popular e cultural. Foi a partir do trabalho que o homem humanizou-se e humaniza-se.

Este conhecimento não pode ficar privatizado. Conhecimento científico, transformado em saber escolar, deve ser socializado a fim de que novos conhecimentos sejam produzidos. A partir do conhecimento o aluno tem condições de compreender e analisar a realidade social, econômica, histórica, política e cultural em suas contradições, de modo a dar-lhe possibilidades de transformar a prática social. Aprender, neste sentido, pressupõe, sobretudo, a atividade intencionalmente humana por parte do aluno também. Aprender na e com a atividade intencional, planejada, consciente, produto e produtora de

conhecimentos - assim como o homem o fez historicamente - significa conceber o trabalho como princípio educativo.

6.3.2 O Trabalho como princípio educativo

Quando concebemos o trabalho como princípio educativo não estamos falando da formação técnica, profissional, ou mesmo propriamente do Ensino Médio. Segundo Engels (1876),

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza.

Portanto segundo Engels o que difere os homens dos animais é a sua capacidade de transformar a natureza como fins de suprir suas necessidades vitais a partir das relações de trabalho humanizando-a e humanizando-se.

Conceber trabalho como princípio educativo significa, portanto, que se aprende especialmente em atividade. Trabalho é a atividade intencionalmente humana destinada a um fim. O processo de ensinar e aprender é trabalho pedagógico que “Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.”⁴

O trabalho é a categoria central de análise na compreensão das relações sociais. É a forma, por meio da qual, o homem produz suas condições de existência, sua história e o mundo humano. Na mesma perspectiva, educação é, também, entendida como atividade humana e histórica, construída na prática social. Trabalho consiste, então, no eixo para a compreensão das relações sociais e práticas educativas por meio da qual se concebe a formação humana em sua integralidade.

A respeito das formas de produção essencialmente humanas, é preciso considerar que, ao passo em que o homem age sobre a natureza, através do trabalho, cria significados e significantes, cria simbologias, desenvolve a linguagem, socializa-se, desenvolve a memória e a capacidade de abstração, bem como transmite valores, crenças e ideais. Nessa perspectiva, a partir das relações humanas estabelecidas em

⁴ (MARX, 2001, p. 211)

torno do trabalho, o homem desenvolve a cultura, reproduzida, reconstruída e representada por meio das gerações. Portanto, na medida em que ele age sobre a natureza, modificando-a e adaptando-a às suas necessidades de sobrevivência, ele se educa, assim como educa suas próximas gerações, em um processo mediado pelas relações sociais e históricas. O trabalho tem, portanto, segundo Lukács (1976-81), uma dimensão ontológica, ou seja, em sua natureza, expressa uma condição essencialmente humana.

Essa ação não é espontânea, tampouco neutra ou tomada ao acaso; ela é pensada, transformada, recriada e recontada a partir da memória histórica do que nossos antepassados criaram. Isso expressa a intencionalidade da ação humana, sobre a qual se espraia o ato de educar a partir dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Quando analisamos que o homem no seu processo de humanização e desenvolvimento lançou-se sobre a natureza usando braços, pernas e cabeça não de forma fragmentada e sim integrada, estamos pressupondo que o processo pedagógico concebe a educação integral; portanto não há uma fragmentação ou hierarquização entre corpo e mente⁵.

A formação na totalidade em Marx e Engels⁶ (2004) se define em formação omnilateral. Implica a formação humana em sua integralidade tendo no horizonte a totalidade intelectual, física, corpórea e sensível com a finalidade da emancipação humana.

Quando concebemos a inseparabilidade entre o pensar e o fazer, o cuidar e o educar, o planejar e o executar, a teoria e a prática na formação omnilateral, ou seja, de

⁵ Segundo o livro: Saúde Mental na Escola: O Que os Educadores Devem Saber (2014, p. 39):
Mente é um construto que vem sendo desenvolvido por filósofos há séculos e surgiu da dicotomia entre o corpo e a alma. A mente é difícil de definir e localizar. Vários filósofos contemporâneos estão enfrentando o desafio de definir a mente, para tanto, vêm trabalhando em conjunto com cientistas. Entre eles, destaca-se Steven Pinker (1998), que a define da seguinte forma: “A mente é o que a mente faz[...]” essa perspectiva se aproxima da definição de saúde mental da Organização Mundial da Saúde :[...] a capacidade de se alcançar e se manter um funcionamento psicossocial e um estado de bem-estar em níveis ótimos. [...] Ela auxilia o jovem a perceber, compreender e interpretar o mundo que está a sua volta, afim de que adaptações ou modificações sejam feitas em caso de necessidades [...] (World Health Organization, 2005) que aborda a mente a partir da sua capacidade para lidar com as situações de estresse do ambiente. Etimologicamente, o termo vem do latim *mentem*, que significa pensar, conhecer e entender; significa também medir, no sentido de que alguém que pensa mede e pondera as ideias. “Mente” também é um conceito bastante utilizado para descrever as funções superiores do cérebro humano, particularmente aquelas funções que tornam os seres humanos conscientes, como a interpretação, os desejos, o temperamento, a imaginação, a linguagem, os sentidos, vinculadas ao pensamento, à razão, à memória, à intuição e à inteligência. Por isso, o termo também descreve a personalidade e costuma designar capacidades humanas.

⁶ MARX K, ENGELS F, Textos sobre Educação e Ensino. Tradução de Rubens Eduardo. São Paulo:2004

todas as dimensões humanas: intelectual, emocional, física, cognitiva, política, social, cultural e histórica, mais uma vez podemos falar dos processos de humanização e democratização na escola pública.

Contudo, as relações de trabalho definidas na história da civilização não foram apenas humanizadoras. O feudalismo, o escravagismo, o capitalismo configuraram, de formas diferentes, as relações de domínio e dominação, de opressão e de escravização, de controle, hierarquia e dualização social. Relações estas que configuram uma história contada de forma hegemônica pela versão branca, europeia e machista; marcada pelas representações do colonizador, da qual decorre o preconceito e a exclusão social.

Em determinado momento histórico as relações de trabalho, no contexto do capitalismo em ascensão, consubstanciado pelo Taylorismo, dualizou e mecanizou o próprio trabalhador. Com o objetivo de democratizar o acesso aos bens produzidos pelo capitalismo, a produção passou a ser em massa, padronizada, repetitiva e mecânica, dividindo o trabalhador entre corpo e mente e alienado-o da condição de pensar.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é colocado em situações exploratórias e expropriadoras da condição humana. A separação entre o produto e o processo, entre quem pensa e quem faz, entre quem é o dono do modo de produção e quem domina apenas a força de trabalho, entre o controle do tempo, dos processos e da produtividade, em detrimento da condição humana, caracteriza algumas das relações duais do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, o trabalhador fica à margem do processo, não domina todas as relações do trabalho, não apreende a totalidade da produção e, tampouco, pode usufruir dos bens que ele mesmo produziu. Logo, nessa visão, o trabalhador torna-se incapaz de educar-se pelo trabalho.

Portanto, embora, do ponto de partida, o trabalho seja humanizador, no modo de produção capitalista acaba se configurando enquanto trabalho alienador: o bem produzido pelo trabalhador não pertence a ele; ou seja, o trabalhador não usufrui o bem, tampouco, esse bem é pensado por ele. Esta dualização do trabalho e trabalhador se expressou na reforma curricular legitimada pela Lei 5692/ 71, a qual imprimiu uma concepção tecnicista para o ensino de segundo grau em vigor na década de 70 e 80.

Por outro lado a década de 1990 trouxe ao Brasil uma forte representação do setor produtivo interessado em, a partir da escola, formar a mão de obra competente para trabalhar nas empresas multinacionais marcadamente na reestruturação produtiva.

Concepções como o desenvolvimento de competências e habilidades - a partir da escola - demandaram uma reorganização nos currículos, nos documentos escolares e no processo avaliativo.

As DCEs já fizeram uma análise crítica e pautaram todo processo de reformulação curricular na contramão do modelo de competências e habilidades aos moldes do previsto no PCN e no parecer nº 15/98 (Diretrizes Curriculares do Ensino Médio). Segundo as reflexões de Kuenzer (2000) não é a partir da escola que ocorre o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida produtiva. Segundo ela, “proclamar a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências é uma forma sutil de afirmar a exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia possuem outros espaços para a relação com o conhecimento científico”. Isto se fundamenta no fato de que, na medida em que o modelo de competências prevê trabalhar com saberes genéricos, encontra ressonância no Construtivismo delineado pelos PCNs, a partir do qual a escola perde a centralidade do conteúdo de ensino.

A dualidade estrutural do Ensino Médio está configurada pela própria dualização e hierarquização social que dicotomizou historicamente quem planeja e quem executa, quem pensa e quem operacionaliza, quem ordena e quem obedece. Esta dualização, por sua vez, acabou configurando para o Ensino Médio brasileiro duas concepções diferentes, segundo Kuenzer (2002) - educação técnica para pobres e o conhecimento universal para os ricos - inerente a isto a dualização entre quem pensa (planeja) e quem faz (executa).

Nesta perspectiva os cursos de ensino médio integrado e os subsequentes ofertados no CEP repudiam o tecnicismo pragmático que descola a formação humana da especificidade do conhecimento necessário para o trabalho profissional. Nesses cursos, a formação profissional é concebida como formação do trabalhador, do cidadão, do sujeito, do homem em sua dimensão omnilateral.

Assim, “tomar como ponto de partida a concepção mais ampla de educação, implica em adotar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas, projetos e práticas de educação profissional. Isto pressupõe incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social e política.

6.3.3 O currículo na perspectiva histórico-crítica: a questão do conhecimento

Neste sentido é possível, através da pedagogia histórico crítica, vislumbrar historicamente uma concepção de educação profissional que tome trabalho como princípio educativo, portanto, como forma de enfrentar a dualidade social fundada no modo de produção capitalista. A pedagogia Histórica crítica é decorrente da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo como fortes afinidades às bases psicológicas da psicologia histórico cultural desenvolvida pela “escola de Vygostsky”. A educação é entendida como o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. Esta se põe, portanto, como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.⁷

Isto pressupõe o enfrentamento:

1. da mercantilização das relações humanas e da própria educação na medida em que ela é colocada aos desígnios do mercado de trabalho entendido na lógica capitalista de produção.
2. da separação entre o fazer e o pensar nas relações de trabalho que historicamente foram se colocando na mecanização dos processos pedagógicos.
3. da lógica da reprodução a partir da escola tomando a realidade de forma ingênua, abstrata e linear.
4. da divisão do trabalho que “enfraquece a capacidade de cada homem individualmente considerado e comporta o debilitamento e empobrecimento da atividade individual, implica na fragmentação e alienação humana.
5. da visão pragmática e utilitarista do conhecimento que esvazia o ensino e a capacidade humana de captar a totalidade compreender o conhecimento, de inserir-se no mundo do trabalho de forma mais reflexiva, autônoma e integrada.

Com base na análise realizada é possível destacar que a escola pública tem por função precípua a socialização do conhecimento histórico, cultural, político, econômico, artístico e filosófico. A produção e expressão do conhecimento se expressa através da

⁷ Recorte da produção dos professores da educação profissional do CEP realizada na formação continuada em abril/2013.

arte, do teatro, da plástica, da música, da dança, da literatura, da poesia, entre outras formas de linguagem sistematizadas pela escola.

Nesta perspectiva, há de se considerar o movimento histórico, social, político, econômico e cultural engendrado pelas lutas e conquistas de diferentes grupos e forças sociais. Movimento este que se expressa na própria forma como se produz e de difunde o conhecimento produzido.

Para que não corramos o risco de relativizar o conteúdo, bem como o papel da escola e do professor, este caráter de mutabilidade não pode ser concebido senão como resultado das sínteses possíveis de disputas entre tantas e diferentes concepções de mundo. Se não há um conhecimento único pronto, acabado a ser ensinado é por que se pressupõe a ruptura com a visão positivista expressa na política tecnicista.

Contudo, não se pode negar o fato de que existem conhecimentos produzidos no âmbito das lutas e conquistas históricas da humanidade. Quando, na história das civilizações, se produziu e se produz a ciência, a tecnologia, a arte, a filosofia e a cultura, quando se apreende, se compara, se abstrai e generaliza este conhecimento produzindo outros, constroem-se signos linguísticos que marcam uma determinada produção histórica e cultural, a qual, inevitavelmente, se socializa pela linguagem.

O conhecimento a ser socializado e produzido expressa um conjunto de construções de diferentes grupos historicamente. Na medida em que os grupos apropriam-se dos saberes e produzem conhecimento, têm possibilidades históricas de enfrentar as contradições que excluem parte das camadas sociais das possibilidades de usufruir os bens culturais produzidos pela humanidade.

Nestas contradições vivemos a dialética entre um modo de produção marcadamente desumano e uma escola inserida neste contexto que tem o papel de formar para humanização. É somente no âmbito desta relação dialética que se torna possível conceber, na escola, a integração entre a formação humana e preparação para o trabalho.

O mercado é inerentemente excludente. Está na própria estrutura ideológica do capitalismo a seleção por exclusão. A formação para o mercado é baseada no pragmatismo que dissocia quem planeja e quem executa, quem detém o modo de produção e quem unicamente possui a forma de trabalho para vender. Nesta perspectiva, não é no espontaneísmo e nem no relativismo que o estudante do CEP consegue perceber estas contradições. Ela deve permear a concepção do PPP.

Insere-se também, neste contexto, a Educação profissional no CEP destacada pelos professores desta modalidade em seu “papel democrático fundamental na socialização do conhecimento e entendimento do mundo”. Deste modo, infere-se que a “função social da escola está em garantir a transmissão- assimilação do conhecimento construído contribuindo para elevação cultural das classes trabalhadoras (Gramsci, 2001)”.

Somente é possível integrar uma formação técnica e universal, no âmbito da politecnicidade, ou seja, na formação profissional integrada à formação humana. Não obstante a relação educação e trabalho - mesmo no contexto do modo de produção capitalista cabe à educação escolar pública possibilitar a aquisição dos conhecimentos históricos, sociais, universais necessários para, não somente qualificar-se no mundo do trabalho, mas, para o exercício da cidadania de forma consciente. Ao passo em que a escola possibilita a produção de conhecimentos integrados ao mundo do trabalho, concebendo suas contradições, produzindo e usufruindo cultura, seu papel se manifesta numa formação para além da ideia de empregabilidade ou de empreendedorismo.

Dentro deste referencial, Gramsci concebe que a possibilidade de chegar ao conhecimento tem em si duas tarefas:

- 1 - enfrentar a massificação ingênua e inconsciente perpassada pelas superestruturas da hegemonia capitalista, (constituindo o próprio grupo de intelectuais independentes), e;
- 2 - educar os filhos da classe trabalhadora com autonomia intelectual para se autogovernarem. É, nesta perspectiva, que Gramsci defende uma escola voltada para formar dirigentes.

6.3.4 O papel da escola e os sujeitos da educação

Vale ressaltar que a concepção de escola como espaço para o aprendizado dos estudantes foi também muito bem sistematizada pelos profissionais da educação do CEP, os quais participaram das discussões sobre o PPP.

Em outros termos, em reunião própria, os agentes educacionais destacam o compromisso do estabelecimento de ensino com a formação integral do aluno. Esta formação perpassa por:

1. Posicionamento ético para o desenvolvimento intelectual.

2. Transmitir o conhecimento sistematizado de modo a, através dele, vislumbrar o compromisso de preparar o indivíduo para a vida em sociedade bem como atuar nela de forma autônoma exercendo a cidadania.
3. Ampliar a visão de mundo e suas possibilidades para o educando, promovendo uma consciência crítica e sempre em renovação com uma postura proativa na sociedade em que este se insere.
4. Formação do cidadão que possibilita a interpretação, o domínio e métodos do conhecimento humano
5. Autonomia intelectual.

Nesta perspectiva, segundo análise em questão, o papel da escola é formar cidadãos com compromisso ético e desenvolvimento intelectual. No entanto, segundo o grupo, muitas vezes vê-se secundarizado este papel. Isso ocorre, segundo análise, por dois motivos importantes:

- 1 - a escola, muitas vezes, está mais preocupada em defender-se de possíveis acusações do que efetivamente cumprir suas atribuições.
- 2 - em outra perspectiva, a escola hoje assumiu a responsabilidade que, em outros tempos era obrigação dos pais.

A educação escolar é concebida como lugar de formação do cidadão, através do qual o respeito entre todos os segmentos passa a ser um dos principais condicionantes para que se cumpra esta função. É nesta mesma compreensão que se contextualizam algumas preocupações expressas pelos professores quando estes analisam a função social da escola pública e, neste âmbito, as ressalvas dos limites percebidos para o desempenho desta função e o papel do professor. Algumas análises realizadas neste contexto destacam a necessidade de se “estabelecer limites nos estudantes (disciplina) e desenvolver responsabilidades - valores, os quais estão sendo extintos na atual sociedade”.

Concebe-se que é um direito do aluno ter acesso ao conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores e funcionários que cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica. Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola.

Cabe aos professores do CEP, ante a esta compreensão, reconhecerem-se como

os profissionais que dominam, não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta do “duo democrático” na escola - ensinar bem e a todos.

O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media, o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido. Essa concepção explicita a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua valorização por parte dos seus alunos. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem com o aluno, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino (realidade) que trabalha. Isto pressupõe a necessidade de:

- Destacar o papel de todos, da gestão, dos professores para garantir esta aprendizagem.
- Papel de todos e em especial da equipe pedagógica (interferindo) ante as relações corporativas e por consequência conservadoras que condicionam a função da escola no ato de ensinar e aprender.
- O quanto é necessário aprofundar os fundamentos da psicologia, da biologia e da neurologia que contribuam para conceber as especificidades da faixa etária e como ela se manifesta nas relações (professor – aluno, ensino – aprendizagem).

No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no âmbito do CEP, vale destacar, segundo a contextualização dos seus docentes, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina. Implica, portanto, em postura e visão de mundo, a qual deve ser instrumentalizada a partir da integração curricular entre os conhecimentos da disciplina e as atividades de contra turno oferecidas pelo centro de arte, cinema e vídeo.

De outro modo, expressões estudantis, mobilizações, debates, seminários, bem como criação de tribunas, jornais e livros como forma de produção literária, organização social e política, pressupõe uma concepção de mundo, uma concepção pedagógica e uma postura metodológica que integra o currículo e atividades curriculares e extracurriculares.

Por exemplo, na Educação Física e no treinamento desportivo vislumbra-se a

formação de jovens comprometidos com a transformação social de maneira que o estudante atleta, por exemplo, ultrapasse seus limites, entendendo e respeitando o seu corpo (dando importância à prática regular de atividades físicas e alimentação adequada) além do entendimento crítico das manifestações esportivas de maneira a envolver todos em algumas competições, evitando comparações. No que tange ao domínio e uso da língua vale destacar que o conhecimento técnico científico possibilita ao estudante ferramenta que os proporcione um maior poder de argumentação. O acesso e produção do conhecimento amplia o repertório do aluno, possibilitando sua ação enquanto cidadão frente às contradições e problemáticas sociais.

Quando o aluno se apropria do conhecimento científico adquirido pelos conteúdos, espera-se que ele seja melhor cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa participando de decisões. Deste modo, teria ele condições de criticar e colaborar na elaboração de medidas e leis para o bem de sua comunidade, usando o saber desenvolvido na escola para engajar-se com responsabilidade nas demandas sociais.

6.3.5 A estrutura disciplinar e a integração curricular

Quando se propõe uma estrutura curricular organizada em conhecimentos disciplinares é preciso refletir sobre a efetividade desse currículo de forma contextualizada. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina. Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência.

Nesta perspectiva prevalece no currículo a dimensão explícita e não-implícita - há um planejamento de conteúdos, o qual é seguido em função da intencionalidade proposta e pensada no projeto pedagógico, contudo em algumas disciplinas prevalece a dimensão não implícita, em especial na área de humanas.

Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estão articulados naturalmente, na medida em que o professor esteja aberto a esse movimento de totalidade para uma efetiva promoção do conhecimento. Para uma

compreensão totalizante do currículo, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares, da estrutura hierarquizada na qual as escolas estão inseridas. É necessário reforçar ações tais como:

- trabalho mais coletivo e democrático e não democratismo;
- relações mais horizontais e de responsabilidade coletiva;
- coordenadores como articuladores e mediadores do trabalho docente, e não apenas um mero transmissor das decisões (não discutidas pelo colegiado) tomadas em instâncias superiores.

A fragmentação se expressa na grade curricular. Nela os conhecimentos escolares encontram-se fragmentados e engavetados. Isto se expressa na ausência de uma prática permanente de diálogo entre os professores das outras disciplinas. Isso é perceptível, uma vez que a cada “50 minutos” os discentes têm professores diferentes.

Portanto, não se pode descaracterizar o conhecimento disciplinar e sua relação interdisciplinar e contextualizada em nome do enfrentamento à fragmentação tecnicista da grade curricular.

Na compreensão dos professores e profissionais da educação é necessário que todos discutam profundamente ações e práticas escolares, a fim de que se tenha maior aprofundamento teórico e compreensão da Proposta Pedagógica.

Um currículo (inter) disciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade de reflexão de alunos e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação, por outro lado excludente tal capacidade contribuirá para a participação plena do aluno na vida intelectual, política, social e econômica de suas comunidades.

Concebe-se assim que a mediação teórico-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade e também sobre as diferentes concepções e relações que se complementam para atingir a totalidade.

Na realidade quando nos referimos a conhecimentos disciplinares devemos refletir sobre o momento oportuno de sua aplicabilidade de forma contextualizada. Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados

ramos da ciência.

O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina.

Nesta perspectiva de currículo as mudanças devem pressupor uma discussão em torno do caráter tecnicista da matriz curricular. A fragmentação do currículo nada mais expressa que a própria fragmentação social, econômica e histórica. Enfrentar a fragmentação do currículo pressupõe enfrentar a lógica capitalista e dual que a engendra.

6.4 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO

Nas discussões coletivas sobre os fundamentos pedagógicos, identificou-se a insuficiência, nas práticas do CEP, sobre a inclusão dos diversos sujeitos no processo de ensino aprendizagem, no currículo explícito - formal - ou manifestas a partir do currículo oculto.

Percebe-se que as condições de aprendizagem devem oportunizar aos diversos sujeitos, instrumentos que permitam a construção coletiva do conhecimento através de materiais pedagógicos de apoio que respeitem as diferenças, assim como toda comunidade escolar deve levar em conta a diversidade existente neste ambiente. Conceber uma escola inclusiva pressupõe entender o próprio projeto pedagógico de uma escola que se proponha emancipadora. Isto, sobretudo, passa pelo currículo concebido em sua dimensão política. Segundo o grupo “a escola em si, a comunidade e, mais que isso a mentalidade vigente culturalmente; podem colaborar (...) de maneira crítica para reequacionar as culturas que convivem socialmente, buscando o respeito às identidades diversas no CEP”.

Entendendo que os sujeitos da escola são: agentes educacionais, alunos, comunidade, professores, equipe pedagógica e diretiva, é necessário repensar o currículo e a construção do conhecimento, bem como a análise de valores, conceitos e métodos.

Perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, pressupõe conceber os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e etnias. Valorizá-los não pode, de forma alguma, confundir a escola com espaço clínico ou terapêutico, pelo qual se prima pela subjetivação dos processos. O processo inclusivo é objetivo na medida em que se

concebe o aluno como sujeito que, em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, então, mediado pela socialização e reconhecimento de tais diferenças com respeito pela singularidade do gênero humano.

As análises realizadas pelos professores do CEP denunciam as relações hierárquicas culturalmente definidas, seja na perspectiva econômica, social, cultural, ou mesmo curricular. Há, na verdade, uma ilusão de neutralidade nas práticas pedagógicas. Esta pseudo neutralidade nega “os sujeitos da prática pedagógica e, portanto, elimina muitas das possibilidades de inclusão propriamente dita”.

Consideramos que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e ser incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem. (Arte, 2014)

O currículo é uma seleção intencional e planejada de conteúdos que, fundamentado por uma concepção de mundo, se expressa no plano de trabalho docente, pelo qual se concebe o processo de ensinar e aprender. No entanto, Currículo é bem mais que um conjunto de disciplinas a serem organizadas e ofertada no tempo e espaço escolar. Currículo expressa a própria concepção de escola, a qual, por sua vez, expressa uma visão de sociedade e de mundo.

O Colégio Estadual do Paraná, a partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas sobretudo, concebe que esta história é construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, estudantes a cada dia, em suas diferentes identidades de gênero, de credo, etárias, de raça e cor. Nós construímos a cada dia esta história e esta escola. Entende-se que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que se constituem como protagonistas da história.

Não somente a teoria legitima esta concepção de escola, de sujeito e de currículo, mas ela é materializada diariamente pelas instâncias de gestão no interior do CEP, dentre elas destaca-se a organização dos estudantes pelo GECEP atuante na perspectiva de um currículo inclusivo para uma formação integral e integrada.

Nesta perspectiva, ou seja, a de um currículo integrado à formação humana que,

os professores e estudantes percebem que o currículo do CEP tradicionalmente vem promovendo a hierarquia de algumas disciplinas sobre as demais. Isto se verifica na supressão histórica de disciplina na matriz, como por exemplo da disciplina de Arte do terceiro ano do Ensino Médio ou na redução da carga horária de outras.

A este respeito, segundo as representações dos professores do CEP e no âmbito das formações continuadas, há de se considerar que, no seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas.

O preconceito expressa uma dimensão perniciosamente ideológica de uma sociedade hegemônica marcada pelo bem e pelo mal, pelo certo e pelo errado, pelo direito e pelo esquerdo, pelo branco e pelo negro, pelo rico e pelo pobre, uma sociedade marcadamente desigual que dualiza e dicotomiza todas as tendências sociais que reproduzem o caos e, por sua vez, promovem a inconsciência sobre si e sobre a sociedade.

Quando se trata de olhar para a complexidade das relações sociais e culturais no âmbito do conhecimento escolar e do papel da escola estamos indicando para uma concepção muito mais ampla que o conteúdo de ensino. De outro modo, vale dizer que, quando o professor trabalha com o conteúdo é preciso ter em mente que ele expressa um recorte de uma totalidade. Ao ser contextualizado para o estudante necessariamente o próprio professor de uma disciplina busca relações que suscitem conhecimentos de outras disciplinas como a condição de compreender o conteúdo em sua totalidade. Esta deve ser uma relação inerente ao conhecimento e não artificializada, conforme destacado anteriormente.

Portanto, o conhecimento é interdisciplinar e a relação com abordagens que enfrentem a visão hegemônica, branca, europeia e machista deve ser inerente ao conteúdo e não artificializada. Esta relação interdisciplinar não é uma opção metodológica e sim epistemológica.

Segundo Frigotto (1995), a produção do conhecimento e sua socialização para determinados grupos ou classes não é alheia ao conjunto de práticas e relações que

produzem num determinado tempo ou espaço. Isto significa dizer que ao se abordar o conteúdo da disciplina recorte histórico, político e cultural do conhecimento (que por sua vez já trouxe consigo uma intencionalidade) é preciso analisá-lo em suas múltiplas determinações. Mesmo delimitado, o conhecimento não perde o tecido da totalidade.

Assim, dizer que quando concebemos o conhecimento em sua totalidade passamos por uma outra visão de mundo que antecede as imposições das leis voltadas para legitimar os chamados desafios educacionais contemporâneos.

Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. A este respeito há uma compreensão comum aos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero, etária e raça.

É na categoria totalidade, condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações - que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “Desafios Educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade. Portanto, eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o.

Estas demandas, portanto, devem ser abordadas como visão de mundo, como concepção para além da visão maniqueísta, burguesa, racista, machista, preconceituosa, dicotômica e hegemônica. Contudo, nada adianta incluir arbitrariamente os chamados desafios educacionais no currículo se isto não passar de encaminhamentos que se diluem entre o dito, o pretendido e o feito.

Ocorre que a forma de abordagem do tema, não pode expressar o senso comum. Deve ser tomada na complexidade das relações com o conhecimento. A democratização do acesso ao conhecimento e enfrentamento às situações de ignorância, teoricamente, levam ao enfrentamento (do que é inerente à ignorância) do preconceito.

Isto significa também que qualquer relação artificial com o currículo, fundada no senso comum e no apelo subjetivista sem a devida fundamentação teórica pode incorrer em mais uma forma de Inclusão excludente uma outra forma de discriminação. Isto significa que a formação crítica e a superação do preconceito são duas faces de uma

mesma moeda, consubstanciada no acesso ao conhecimento.

6.4.1 Educação Inclusiva

Nos momentos de discussão coletiva sobre os fundamentos da prática escolar, no CEP verificou-se as múltiplas identidades de gênero, as identidades étnicas e de classe e das complexas experiências e relações sociais com o universo da saúde/doença presentes na comunidade escolar, não tem a visibilidade necessária.

Tomando como referência o fator socioantropológico da saúde-doença dentro da comunidade escolar e em especial no colégio é importante registrar que tratamentos intensivos de saúde, voltados para sujeitos em sofrimento psíquico, bem como para portadores de outras doenças vivenciam de maneira muito específica a experiência social (e, portanto, política, educacional, cultural) do aprendiz. Esta experiência é mediada por estes seus pertencimentos diferenciados com relação a sociedade e é importante conferir atenção a estes sujeitos, na medida mesma em que sua presença nas instituições educacionais se torna cada dia mais evidente.

Em tempo, a expressão “sofrimento psíquico” é aqui utilizada para referenciar os sujeitos que se deparam com a experiência da chamada depressão, transtornos de identidade, transtornos de personalidade, entre outros. A expressão pretende suplantar a utilização preconceituosa do termo “doença mental” historicamente construído e que inadvertidamente é utilizado com frequência pelos membros da comunidade escolar.

O CEP recebe atualmente uma grande variedade de sujeitos e suas particularidades psicossociais, culturais, políticas e econômicas. Tomar conhecimento e se apropriar das consequências da diversidade sociocultural com a qual convive-se, é prerrogativa e pressuposto da prática pedagógica no CEP. É através disto que a grande complexidade dos sujeitos na escola pode começar a ser compreendida e, ao mesmo tempo, respondida em suas necessidades e particularidades.

O projeto do CEP traz uma nova concepção que não somente encaminha e inclui os adolescentes que apresentam transtornos psíquicos como também apresenta uma abordagem preventiva e emancipadora sobre a concepção da saúde mental. Concebe-se, conforme a Organização Mundial de Saúde " Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social , e não apenas o estado de ausência da doença (...)", mas é importante destacar que à luz do projeto de escola que se concebe, o processo inclusivo

é objetivo na medida em que se concebe o estudante como sujeito que em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, mediado pela socialização do conhecimento e pelo reconhecimento de tais diferenças com respeito à singularidade do gênero humano.

O argumento central que dá fundamento à educação inclusiva deste PPP é o de que a escola se propõe a uma prática pedagógica que concebe a emancipação humana e o direito à diversidade na perspectiva de extrapolar a visão mecanicista de educação e conceber a formação humana de modo integral.

Se o trabalho com o estudante deve extrapolar a organização cartesiana da grade curricular, e se os sujeitos devem ser tomados de modo integral em suas necessidades e características; então, logicamente, toda a grande variedade de manifestações identitárias, que concretamente se aproximam na escola, devem ser tratadas igualmente e com a mesma dedicação por parte da comunidade escolar. O desafio aqui é lidar, de uma vez por todas, com “estudantes reais” e não “ideais”, tomando as diferenças observadas como formas de potencializar o processo de ensino aprendizagem e não como uma forma velada de reiterar desigualdades sociais.

Neste propósito, os professores das distintas disciplinas escolares concordaram, em relação mais direta com o ensino promovido no CEP, que as condições de aprendizagem devem oportunizar a esses diversos sujeitos instrumentos que permitam uma construção coletiva de conhecimento. Em outras palavras, perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, concebendo os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e etnias e dos distintos vínculos sociais que os indivíduos em aprendizado estabelecem.

Valorizar os sujeitos e suas particularidades não implica, de forma alguma, confundir a escola com um espaço clínico ou terapêutico, nos quais se prima pela subjetivação dos processos de saúde e doença, nem implica em pressupor que a existência de vários pertencimentos sociais e culturais anule a necessidade de análise das correntes ideológicas dominantes.

Há relações hierárquicas culturalmente definidas, seja na perspectiva econômica, social, cultural, ou mesmo na perspectiva do currículo escolar. Existe, a saber, uma ilusão de neutralidade nas práticas pedagógicas que deve ser minimamente refletida ao adentrarmos no terreno da educação inclusiva, pois esta *pseudoneutralidade* nega “os

sujeitos da prática pedagógica e elimina muitas das possibilidades de inclusão propriamente dita”. Vejamos uma fala da equipe de Arte do CEP, promovida nas discussões pedagógicas:

Consideramos que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e ser incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

A educação inclusiva expressa, na perspectiva aqui assumida, uma possibilidade de avanço em relação à Pedagogia Histórico-Crítica, na medida em que destaca o papel da equipe multidisciplinar na socialização dos conhecimentos produzidos historicamente e, ao mesmo tempo, na organização de adaptações curriculares em todas as suas instâncias.

Neste sentido, a fim de caracterizar o conceito de educação inclusiva com o qual lidamos, é importante frisar que a inclusão não se limita ao conceito clássico de “educação especial”, que se volta para alunos com noção de transtornos globais de aprendizagem num sentido estritamente biomédico:

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/ superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse⁸ (MEC/SEESP, 2007, p.9)

Pretende-se, em contrapartida, assumir um ponto de vista conceitual que conceba este processo de inclusão como uma prática abrangente da complexidade social existente. Ao passo que um aluno portador de uma disfunção cognitiva, por exemplo, demonstrará particularidades no seu processo de aprendizagem, também haverá particularidades para os sujeitos que vivenciam uma situação econômica diversa. Não

8

Referência MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2007.

percebemos uma distinção no nível fenomenológico entre questões neuropsicológicas e assimetrias sociais, que sugira considerar um grupo em detrimento de outro. Neste sentido, fazemos coro à seguinte conceituação:

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos [...] o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (PARANÁ, 2005).

A abordagem dada à Saúde Mental no CEP tem em si a prática da inclusão de diferentes adolescentes com todas suas manifestações psicológicas, sociais e culturais numa concepção de educação que concebe a produção do conhecimento como a via de emancipação humana.

6.5 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Tendo em vista que o ato de educar não é espontâneo nem neutro, ele não dispensa a figura do mediador nesse processo. Sendo assim, quando se pensa na produção do conhecimento, a partir da educação escolar, é preciso conceber a forma como se constitui a relação entre ensinar e aprender, ainda que o ato de ensinar carregue consigo uma abordagem não formal.

É nessa perspectiva que concebemos, aqui, a abordagem Histórico-Cultural, a qual expressa as contribuições da Psicologia Social, especialmente da escola russa de Vygotsky. Os estudos dos educadores russos em torno da psicologia social preconizam o papel da mediação, tomando como referência a intencionalidade do ato educativo e a interação entre o sujeito que ensina, o que aprende e o objeto do conhecimento.

A psicologia social fundamenta o papel do mediador e a maneira como se concebe o ato de ensinar e aprender. A mediação de um conhecimento de maneira intencional, planejada e sistematizada condiciona o desenvolvimento humano, seja conceitualmente, cognitivamente e coletivamente. É nessa perspectiva que a abordagem histórico-cultural e, portanto, a psicologia social encontram seu maior fundamento na escola russa de Vygotsky.

Vygotsky, ao analisar a ação do homem sobre a natureza, destaca o movimento feito por ele no ato de sobreviver e, dessa forma, no ato de socialização. Nessa ação, o

ser humano desenvolve instrumentos, pensa, planeja, socializa-se, comunica-se e, logo, produz linguagem, signos e conhecimentos. É nesse sentido que ele desenvolve suas funções psíquicas. Ainda sobre isso, Engels (1876, s/p) afirma:

Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziram por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro.

Toda essa ação foi movida pela necessidade de sobreviver, tomada por Leontiev (1978) como condição primeira de toda atividade. Segundo esse autor, a atividade do homem, desenvolvida pela intencionalidade, determina a condição humana.

Portanto, se educar pressupõe uma atividade intencional, ela não dispensa a relação entre ensinar e aprender. Nesse sentido, os processos de mediação definem-se nas diferentes formas de relação: pai e filho, professor e aluno, mestre e discípulos, líder comunitário e comunidade em geral, agente pastoral e comunidade eclesial, líder sindical e sindicalistas, ou mesmo entre colegas. Sendo assim, ao fundamentar a mediação do conhecimento como condição para o ato de educar, Vygotsky (1991) define o papel do mediador na transmissão de toda a herança cultural produzida pelo homem em sua história, ou seja, na transmissão do conhecimento como “patrimônio cultural humano”.

A linguagem, ainda segundo Vygotsky, é um dos fatores essenciais para que a mediação aconteça. Por meio dela, pela abstração, pela generalização e pela memória ocorre o processo de internalização de conceitos. Em qualquer forma de mediação do conhecimento, a informação recebida pelo sujeito precisa percorrer um caminho para seu processamento e elaboração de novos conceitos, a fim de fornecer uma resposta ao ambiente. Dessa forma, tem-se uma relação mediada entre quem ensina, quem aprende e o objeto do conhecimento. Ao afirmarmos isso, concebemos que o ato de ensinar e aprender não é individual e, tampouco, espontâneo.

Quando a abordagem histórico-cultural é colocada, aqui, como uma concepção de ensino e aprendizagem, concebemos o conhecimento enquanto foco do ato de educar e a experiência individual e cotidiana como ponto de partida que deve ser tomado para alavancar o processo de mediação.

É necessário conceber que uma certa diretividade de intenção, proposição encaminhamentos e planejamento por parte do professor não implica em recair em

práticas conservadoras, mas em conceber que o processo de ensino aprendizagem é mediado e não espontâneo. Ter um planejamento pré determinado e pré elaborado não é conservadorismo, mas cumprir a intencionalidade do conhecimento planejada pelo professor em função de um projeto social, uma visão de mundo de educação e de currículo. A negação do Construtivismo⁹ implica na negação do espontaneísmo. Planejar, portanto, não significa cair no conservadorismo; todo conteúdo tem que ser planejado. Isto posto, o processo de ensino–aprendizagem deve ser crítico e orientado para a construção da autonomia intelectual.

Portanto, o conhecimento não é construído de forma espontânea, mas é mediado a partir de um diagnóstico do nível de desenvolvimento que o aluno encontra-se, para possibilitar a intervenção do professor no sentido da aprendizagem. Portanto, há ensino e há aprendizagem.

Com base neste pressuposto, o desenvolvimento da capacidade cognitiva, da capacidade de pensar, analisar, abstrair, resolver situações problemas, formular hipóteses, ler, compreender, interpretar, produzir, ou seja, das funções mentais superiores é consequência da produção e do acesso ao conhecimento.

Este movimento, por sua vez, não dispensa um trabalho planejado pela escola, pelo projeto pedagógico, pela proposta pedagógica e em especial pelo professor.

Quanto ao papel do plano de trabalho docente, por parte de todos os professores do CEP, é unânime a compreensão de que ele é essencial para definição dos objetivos, bem como norteia o que e como ensinar e aprender e todo o trabalho pedagógico. É comum também a compreensão de que efetivamente o PTD permite:

- 1· O acompanhamento dos objetivos definidos pela disciplina e pelo projeto escolar.
- 2· A sondagem do conhecimento tácito ou elaborado, ou seja, o diagnóstico do Ponto de partida - conhecimento do aluno, respeitando-o.
- 3· Tornar concreta a intencionalidade do professor
- 4· Definir o Caminho por onde seguir
- 5· Trocar informações e experiências

O PTD, segundo uma compreensão comum aos professores do CEP, é reflexo da concepção de educação.

⁹ Construtivismo aqui refere-se a tendência pedagógica dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1990, objeto de crítica de autores da abordagem histórico cultural como Newton Duarte.

6.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Segundo a concepção de avaliação regimentada e fundamentada no Projeto político pedagógico, a avaliação escolar não se consubstancia nos instrumentos utilizados pontualmente para aferir valor. Nesse sentido, a avaliação não é instrumento, é processo.

O processo de avaliação ocorre em todo o momento, através dos instrumentos como forma de diagnosticar as dificuldades e possibilidades de rendimento, visando intervenções necessárias para que a aprendizagem ocorra. O princípio que sustenta este processo é o de possibilitar a todo custo que a aprendizagem ocorra, levando em conta seus fatores condicionantes.

Não é facultativo ao aluno querer ou não aprender. A educação é direito subjetivo e inalienável e deve se expressar na garantia da aprendizagem dos conteúdos de ensino e no desenvolvimento das capacidades superiores necessárias para desenvolver a cognição e, com efeito, a aprendizagem.

A aprendizagem dos conteúdos é, portanto, anterior ao desenvolvimento cognitivo. Parte-se do pressuposto de que, quanto mais se promovem situações para aprender, mais capacidades cognitivas os alunos desenvolvem neste processo, através do qual, de forma sistematizada, ele se apropria e produz conhecimento.

O ato de educar, portanto, não é espontâneo, é intencional, planejado e mediado. Por ser intencional, todo ato de educar é em si um ato político. Como tal os instrumentos metodológicos devem ser devidamente planejados, registrados e mensurados.

Isso significa que há uma relação indissociável entre a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de trabalho docente, os registros de avaliação e reavaliação, bem como os critérios avaliativos planejados *a priori*.

Plano de trabalho docente não é mito! É condição do fazer pedagógico e da legitimidade do trabalho docente. Ele deve estar expresso nas planilhas de registro de notas *on line*, através dos instrumentos avaliativos: atividade avaliativa e de reavaliação.

Cabe à equipe pedagógica a mediação deste processo, em consonância com a coordenação de área. Cabe ao professor alimentar, processualmente e concomitantemente ao processo de avaliação, as planilhas *on line*.

O Sistema de avaliação expresso em valores numéricos como notas são apenas instrumentos quantificadores do rendimento, portanto, a nota, invariavelmente, deve

expressar o rendimento discente e o trabalho docente.

Nota não é instrumento de controle. Ela é o balizador da aprendizagem, a qual deve ser constantemente mediada pela ação docente. Nota não é *locus* de poder, deve ser socializada todo o tempo, concebendo o aluno como sujeito do processo.

Este processo devidamente mediado, organizadamente registrado e legalizado subsidia, fundamenta e sustenta a ação docente.

Vale destacar, segundo regimento do CEP, que:

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, com a função de **diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno e reorientar a prática docente.**

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam **a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.**

A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, **evitando-se a comparação dos alunos entre si. A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno** e considerar suas características individuais no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (REGIMENTO, 2017).

Avaliação contínua e cumulativa implica em definir critérios de avaliação a partir dos instrumentos de verificação da aprendizagem, de forma a incorporar os critérios anteriores em cada instrumento.

Destaca-se que a nota é produzida em função dos critérios definidos a partir dos conteúdos da disciplina. Os instrumentos são apenas meios para verificação dos critérios avaliativos. Critérios avaliativos, além de expressar os conteúdos da disciplina, incidem de forma relevante na atividade crítica, capacidade de síntese e elaboração pessoal, sobre a memorização. (Regimento, CEP, 2017)

A avaliação é organizada em função da apropriação dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Parágrafo Único – É vedado ao docente submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Os critérios de avaliação serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos na Proposta Pedagógica e no Plano de Trabalho Docente.

Na avaliação do aluno, devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma.

Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo professor e pelo aluno, observando os avanços e as necessidades detectadas, para estabelecer novas ações pedagógicas.

A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

§1º – A nota, no decorrer de cada semestre, deverá ser somatória.

§2º – Para efeito de cálculo da média anual do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, nos cursos da Educação Profissional – Modalidade Integrada e no CELEM, será aplicada a seguinte fórmula:

$$\text{MÉDIA ANUAL} = (\text{NOTA DO 1º SEMESTRE}) \times 4 + (\text{NOTA DO 2º SEMESTRE}) \times 6 \\ = \text{MÉDIA FINAL 10}$$

§ 3º – O registro da verificação da aprendizagem dos estudantes matriculados nos cursos de ensino fundamental, médio e integrado. - forma anual - são realizados semestralmente.

Após discussões realizadas em 2016 o sistema de avaliação semestral é consenso entre os professores do CEP, fato este constatado nas discussões coletivas. Embora, na sua concepção, haja um possível entendimento da processualidade, na prática, algumas vezes, ele não se efetiva. Por vezes, o registro das atividades avaliativas não ocorre em seguida da realização do instrumento avaliativo.

No entanto, o sistema de avaliação processual está na própria anualidade. Todo o trabalho pedagógico e o rendimento deve ser imediatamente registrado durante todo o processo o ano todo.

Sustenta-se o sistema de avaliação semestral por meio do papel diagnóstico da avaliação, da recuperação de reavaliação processual, da necessidade do estudante ter conhecimento do processo, bem como a clareza dos critérios avaliativos a partir do planejamento do conteúdo e a socialização em tempo do rendimento do estudante, a equipe pedagógica sustenta o sistema de avaliação semestral.

Destaca-se que a tradicional prova atendeu aos interesses tecnicistas e burocráticos da década de 1970, os quais visavam momentos em que o aluno devia efetivamente “provar” o que aprendeu. A este entendimento Paulo Freire chamou de Educação Bancária; através da qual o professor deposita o conteúdo e apresenta extrato ao final do período.

Nossa concepção de avaliação e de educação não é bancária. Prova não é acerto de contas, como afirma Vasco Moreto. As avaliações formais são momentos privilegiados de estudo.

O registro destas avaliações passou a ser realizado através das planilhas *on line* a partir de 2013. Estas planilhas são importantes instrumentos de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

Em 2014, verificou-se que estas planilhas estavam sendo definidas particularizadamente, atendendo às idiosincrasias de cada professor. Este processo,

além de pulverizar o entendimento sobre os pesos e registros de notas das atividades avaliativas, tornou inviável o trabalho da Secretaria do CEP.

A partir da própria solicitação dos professores e houve uma tentativa de unificação das planilhas por disciplina. Para esse evento, cada disciplina, mediada pelo coordenador de área e pela equipe pedagógica responsáveis, discutiu os critérios de distribuição dos pesos no decorrer da etapa e do semestre. Nas discussões realizadas em 2016 definiu-se que devem ser avaliados de 4 a 6 pontos em cada disciplina, até meados dos respectivos semestres, de modo que se possa discutir com os estudantes sobre o seu processo de aprendizagem, bem como informar à família sobre esse processo. Cabe ao coordenador da disciplina orientar cada professor sobre essa forma de registro e distribuição dos valores em cada etapa.

Entende-se que a recuperação de estudos não é o instrumento. Recuperação é a retomada do conteúdo necessária após correção dos instrumentos avaliativos. O professor diagnostica os critérios não atingidos, retoma o conteúdo em sala, explica o não entendido e em seguida aplica outro instrumento de reavaliação. Reavaliação não pressupõe necessariamente prova. O professor tem autonomia de planejar este instrumento desde que ele oportunize que o conhecimento apropriado seja então sistematizado em outro instrumento avaliativo que expresse o rendimento do aluno. Este processo, portanto, se caracteriza por avaliações, retomada e reavaliação.

Da Recuperação de Estudos

A recuperação de estudos deverá incidir sobre todos os conteúdos de ensino trabalhados durante o ano e não sobre os instrumentos de avaliação, de modo a possibilitar ao professor retomar os conteúdos de ensino a partir dos critérios definidos no plano de trabalho docente.

Parágrafo único A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.

A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

A Recuperação de Estudos é direito de todos os alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem.

A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

Parágrafo Único – A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

O resultado referente à avaliação da aprendizagem, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, nos cursos da Educação Profissional – Modalidades Integrada e Subsequente e no CELEM deverá ser emitido ao final de cada semestre.

Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Parágrafo Único – Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe, tomado na sua melhor forma.

Art. 176- No final do ano letivo, o aluno que apresentar rendimento escolar inferior à média 6,0 (seis vírgula zero), após a recuperação de estudos, será submetido à análise do Conselho de Classe Final, que emitirá parecer favorável ou desfavorável à aprovação do aluno (REGIMENTO 2017).

A todo aluno deve ter garantido o direito de ser avaliado. Nesse sentido, conforme Regimento

Terá direito à segunda chamada nas verificações de aprendizagem o aluno que, por motivos legais, devidamente comprovados, e/ou requerimento por outros motivos, devidamente protocolados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de dia útil, após seu retorno ao Estabelecimento de Ensino, e encaminhados à apreciação e parecer da Divisão Educacional (REGIMENTO, 2017).

Cabe à equipe pedagógica acompanhar o rendimento escolar dos estudantes e os casos de não realização de avaliações formais e atividades de laboratório. Este acompanhamento consiste em contatos sistemáticos com responsáveis legais pelo adolescente ou o próprio aluno quando maior de dezoito anos.

Todo este processo pressupõe que o trabalho da equipe pedagógica e da coordenação de área, devem estar em consonância, levando em conta a proposta pedagógica de cada disciplina bem como o projeto pedagógico do colégio. Todos os elementos da prática docente e do acompanhamento da mesma realizada pela equipe pedagógica, precisam estar alinhados para a efetividade do Projeto Político Pedagógico.

7. PROPOSIÇÃO DE AÇÕES - METAS

Diante do diagnóstico apresentado, definiram-se algumas metas com as respectivas ações a serem desenvolvidas no intuito de efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição.

Espera-se que as metas e ações descritas, articuladas entre si, promovam a transformação do conjunto, de forma a representar o processo pela efetivação do Projeto Político-Pedagógico que queremos.

7.1 ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Ações a serem desenvolvidas:

1-Conscientizar os estudantes sobre a importância do conhecimento como possibilidade de promoção humana;

2-Incentivar a criação de grupos de estudos entre os estudantes;

3-Construir responsabilidades quanto ao processo de aprendizagem (estudante/família);

4-Conscientizar a família quanto à importância do hábito de estudos;

5-Proporcionar aos estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Profissional, condições de desenvolvimento relacionado ao ensino e à pesquisa, visando a melhoria de seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem;

6-Diversificar a metodologia e o uso dos recursos didáticos;

7-Desenvolver projetos específicos, por área de conhecimento, que contribuam para a elevação da aprendizagem do estudante;

8-Criar condições para a apropriação dos conteúdos novos da série, entendendo que a ausência desses conceitos básicos dificultam a aprendizagem;

9-Oferecer o reforço, em contra-turno, para estudantes com baixo rendimento escolar nas disciplinas de Matemática, Física, Língua Portuguesa e Química e procurar expandi-lo para as demais disciplinas;

10-Garantir o projeto de aulas de reforço para estudantes do Ensino Fundamental e

Médio, com dificuldade de aprendizagem;

11-Garantir o número de estudantes no Ensino Médio e Técnico em até 35 estudantes por turma. No Ensino Fundamental em até 30 estudantes, haja vista a necessidade do desenvolvimento adequado das atividades teórico- práticas;

12-Garantir o cumprimento das normas constantes no Regimento Escolar e Guia do estudante das quais os pais/responsáveis devem assinar ciência no ato da matrícula. Essas normas devem ser discutidas em reunião de pais e com os estudantes nas primeiras semanas de aula;

13-Resgatar a motivação pelo estudo, mostrando as diferentes oportunidades de crescimento individual / intelectual que o CEP oferece. Ex: Biblioteca, Laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática, Informática, Línguas, Oficinas da Escolinha de Arte, CELEM, Esportes, OACEP, Robótica.

14-Utilizar os recursos tecnológicos e demais recursos disponíveis no CEP;

15-Oferecer capacitação aos professores e funcionários para o uso das tecnologias de informação e comunicação;

16-Modernizar e garantir e manutenção dos equipamentos;

17-Melhoria da qualidade de atendimento, dos programas, da quantidade e qualidade dos equipamentos do setor de Multimeios;

18-Estabelecer e divulgar de maneira clara os objetivos, metodologias, instrumentos e avaliação para os estudantes;

19-Oportunizar ao longo do ano letivo condições para que se possa desenvolver trabalhos individuais e coletivos; para isso a escola se dispõe criar um ambiente voltado para a pesquisa, assim como, em conjunto com instituições de Ensino Superior, criar parcerias para que os estudantes possam conhecer projetos de pesquisas desenvolvidos em Universidades ou Faculdades;

20-Promover debates, seminários e trabalhos em grupos;

21-Propiciar condições para que o estudante perceba sua responsabilidade pelo seu aprendizado;

22-Criar condições para interação entre professores e responsáveis da biblioteca para a realização de atividades educativas planejadas;

23-Criar e desenvolver projetos de ensino divulgados em calendário que venham ao encontro dos anseios educacionais dos estudantes. Estes podem ser intra ou extra colégio, tais como: projetos de atividades esportivas e pedagógicas como Semana

Cultural, Mostra de Conhecimento, Feira de Ciências ou Olimpíadas do Conhecimento. Atividades de saídas com os estudantes como: visitas a museus, trabalhos de campo, atividades culturais, visitas às empresas, encenação de obras clássicas voltadas para o conhecimento dentre outros;

24-Elaborar instrumentos de avaliação de acordo com a realidade do trabalho pedagógico desenvolvido com a turma, considerando a legislação vigente;

25-Discutir e analisar o processo de avaliação sempre que necessário;

26-Garantir a permanência do projeto “Sedução Poética”;

27-Manter e ampliar parcerias com empresas para estágios do curso Técnico em Administração;

28-Estabelecer parcerias com Instituições Públicas da área de comunicação e cultura, tais como: Tv Educativa e Paulo Freire, Escola Superior, Sul Americana de Cinema do Paraná (CINETUR), Cinemateca, Teatros, Museu Oscar Niemeyer para o curso de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Teatro;

29-Estabelecer parcerias com instituições públicas de saúde: Unidades de Saúde, a fim de contextualizar a prática profissional para o curso Técnico em Saúde Bucal;

30-Estabelecer parceria com instituições para o uso de espaços cênicos, sala cenotécnica e laboratório de sonorização para o curso de Arte Dramática/Teatro;

31-Possibilitar a utilização da estrutura da escola, desenvolvendo projetos, aproveitando os departamentos como: RH, Biblioteca, Almoxarifado, APMF, GAP e GAF no curso Técnico em Administração;

32-Adquirir modelos didáticos anatômicos, manequins odontológicos, equipamentos odontológicos para o curso Técnico em Saúde Bucal;

33-Adquirir materiais e instrumentos odontológicos para cada 02 e no máximo 03 estudantes para o curso Técnico em Saúde Bucal;

34-Organizar um laboratório de expressão corporal, sala de maquiagem para o curso de Arte Dramática;

35-Equipar adequadamente o laboratório de Prótese Dentária e Saúde Bucal de acordo, garantindo a qualidade do curso;

36-Retomar o conteúdo durante o ano letivo sempre que o professor diagnosticar a necessidade;

37-Manter as coordenações de disciplinas para apoiar e organizar as questões pedagógicas de cada área do conhecimento;

38-Garantir a realização de Conselhos de Classe Extraordinário sempre que houver necessidade.

7.2 APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR

Ações a serem desenvolvidas:

1. Ampliar o uso da informática e multimeios diminuindo assim o uso do papel;
2. Comunicar-se com professores, funcionários, pais e estudantes através de diversos meios de comunicação disponíveis no CEP;
3. Manter todos os murais do colégio atualizados;
4. Manter a divulgação diária das informações do CEP;
5. Reequipar os diversos setores com computadores que incorporem as recentes tecnologias.
6. Disponibilizar edital de divulgação das atividades complementares como: esportes, arte, línguas OACEP, CELEM, Banda;
7. Atualização do site institucional do CEP;
8. Reativar a Rádio Intervalo.

7.3 REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVA

Ações a serem desenvolvidas:

1. Respeitar valores essenciais na relação humana, tais como: diversidade, ética, afetividade, seriedade, justiça, coerência, responsabilidade e solidariedade;
2. Incentivar a participação em atividades complementares culturais, esportivas, artísticas e intelectuais;
3. Promover atividades esportivas que visem desenvolver as práticas, que digam respeito as habilidades dos estudantes;
4. Propor trabalhos sociais voluntários;
5. Continuar com as apresentações de peças teatrais pelo Gruta e outros aos

estudantes do CEP, promovendo a discussão acerca de alguns conceitos relativos a valores, estética e formação de plateia;

6. Promover palestras para as famílias e estudantes sobre valores, tópicos de cidadania e convivência humana;

7. Realizar trabalho de orientação pedagógica com as turmas, em forma de conversas com grupos menores;

8. Reiterar as práticas das relações interpessoais e o convívio em sociedade;

9. Viabilizar o atendimento emergencial de estudantes, professores e funcionários durante o horário escolar;

10. Comprometer-se com os princípios democráticos que norteiam a educação, de modo especial com a formação do cidadão e da cidadania;

11. Garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico aprovado em assembleia pela comunidade escolar;

12. Promover a integração do estudante na estrutura física e humana da escola;

7.4 ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE ESCOLAR.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Elaborar novas propostas pedagógicas para melhorar sempre a prática escolar;

2. Garantir o atendimento da direção auxiliar e equipe pedagógica, quando solicitada, por questões de indisciplina e rendimento dos estudantes;

3. Realizar periodicamente reuniões da direção e divisão educacional com professores e funcionários;

4. Incentivar a participação dos pais/responsáveis na escola;

5. Realizar reuniões com pais e professores e convocá-los quando se fizer necessário;

6. Entregar boletins aos estudantes que não apresentam dificuldades;

7. Convocar pais/responsáveis para entrega de boletins dos estudantes que estão com dificuldades na aprendizagem;

8. Decidir em Assembleia Geral as questões que envolvam a comunidade escolar,

podendo ocorrer reuniões de pequenos grupos que levantem as estratégias para encaminhamento à apreciação do grande grupo;

9. Convocar pais de estudantes com dificuldades de aprendizagem, excesso de faltas e atrasos;

10. Dar abertura e transparência na comunicação das decisões da direção;

11. Realizar os encaminhamentos em formulário próprio;

12. Orientar o preenchimento do LRC de acordo com a instrução normativa;

13. Organizar o repasse das informações sobre estudantes remanejados, transferidos e notas parciais para os professores e pedagogas, através de pastas na sala dos professores;

14. Consultar os professores, pedagogos, direção auxiliar, secretaria e conselho de classe antes de remanejar os estudantes;

15. Organizar planilhas eletrônicas para o registro de notas e cálculo da média anual;

16. Manter atualizado um banco de dados acessíveis aos professores;

17. Criar banco de dados integrado para preservar o Centro de Memória, em setor próprio (fatos, fotos importantes);

18. Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do estudante e da prática docente;

19. Apresentar retorno ao professor e comunicar aos pais quando o professor encaminhar o estudante para o setor pedagógico/direção auxiliar por indisciplina, baixo rendimento e/ou frequência;

20. Comunicar aos pais através de outros meios, caso os mesmos não comparecerem ao serem convocados como: carta registrada ou encaminhamento ao Conselho Tutelar (FICA), quando detectada negligência familiar;

21. Rever, sempre que necessário, a organização pedagógica das rotinas referentes a cada disciplina, bem como qualificar espaços pedagógicos;

22. Garantir a elaboração do Plano de Trabalho Docente;

23. Atualizar a Proposta Pedagógica do Colégio, detalhando os conteúdos para cada série e os respectivos critérios de avaliação, sempre que necessário;

24. Desenvolver o trabalho propiciando o bom atendimento a todos fazendo o melhor uso dos recursos públicos;

25. Orientar os estudantes sobre o Regimento Escolar na primeira semana de aula,

com retomadas durante o ano letivo;

26. Planejar aulas com metodologia diversificada;

27. Estabelecer normas claras, mantendo a sua permanência, adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

28. Viabilizar a realização de projetos extra-classe, em todas as áreas do conhecimento, de forma que a abrangência de temas propostos – sociais, políticos, culturais e lógicos – possibilitem maior campo para percepção e a crítica da realidade;

29. Os projetos de trabalho extra-classe deverão ser encaminhados, primeiramente, à Coordenação de Disciplina, para discussão e sugestões de aprimoramentos possíveis e/ou necessários. Encaminhá-los, então, à Divisão Educacional, para o parecer da pedagoga da disciplina e, finalmente, à Direção Geral, anexado ao memorando, para análise de recursos financeiros, junto ao GAP e ao GAF, e a possibilidade de aprovação;

30. Criar espaços alternativos ao ar livre, viabilizando práticas pedagógicas e culturais em locais diferentes da sala de aula, e com plano de trabalho docente adequado à situação;

31. Permitir que as experiências de todos os funcionários e educadores sejam compartilhadas para melhor orientação dos estudantes, quanto ao processo ensino-aprendizagem;

32. Orientar os estudantes quanto ao acesso aos diversos locais do Colégio (campo, piscinas, quadras, pista etc), especialmente no início do ano letivo;

33. Analisar os protocolos encaminhados pelos estudantes, nas seguintes situações:

34. Solicitar 2ª chamada de provas, encaminhamento de tarefa domiciliar, justificativa de faltas e revisão de provas, somente com protocolo efetuado no prazo de 48 horas, mediante apresentação de certidão de óbito, atestado médico e certificado de alistamento militar;

35. Orientar professores para apagar o quadro antes de sair da sala, deixando-a em ordem;

36. Promover diálogos e ações permanentes quanto a organização e a manutenção da sala de aula;

37. Criar contrato de trabalho entre professor e estudante, deixando claras as rotinas das aulas;

39. Reavaliar o contrato de trabalho sempre que necessário e disponibilizá-lo aos estudantes;

39. Orientar os representantes de turma quanto as suas atribuições;

40. Organizar a metodologia em função do tempo, do conteúdo e de modo que a mesma possibilite uma aprendizagem qualitativa;

41. Informar o estudante sobre sua obrigação de arquivar as avaliações enquanto documentos;

42. Cumprir as regras referentes à entrada e saída de estudantes da sala de aula, previstas no Regimento Escolar e Guia do estudante;

43. Atender a circulação dos estudantes nos corredores;

44. Registrar a frequência dos estudantes no Livro Registro de Classe diariamente;

45. Organizar o horário das aulas, procurando garantir, no mínimo 2 (duas) horas atividades concentradas semanais;

46. Garantir a participação de professores na hora atividade concentrada, analisando e discutindo, conjuntamente, possibilidades de melhoria e avanço na organização da escola e no processo de ensino aprendizagem;

47. Procurar instalar armários para guardar livros didáticos, dicionários e materiais dos estudantes para as aulas de educação física.

7.5 QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Realizar atividades voltadas à formação de valores éticos e estéticos e à conservação do patrimônio, com ênfase na abordagem de que o CEP é um bem público, tombado, fruto do trabalho da sociedade e que é dever de todos conservá-lo;

2. Fazer cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros;

3. Manter funcionários responsáveis em cada corredor, garantindo a organização e conservação do espaço escolar;

4. Responsabilizar cada profissional na sua função, pelo seu trabalho;

5. Desenvolver trabalho educativo sobre noções de Patrimônio Cultural e Histórico e sobre a história do CEP para os estudantes, prioritariamente os novos;

6. Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda;

7. Realizar cursos de capacitação para os funcionários, nas suas diferentes funções;

8. Organizar um projeto para divulgação do valor do patrimônio histórico e cultural do CEP, como espaço de formação, conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural do CEP;

9. Realizar a manutenção constante dos espaços como quadras, ginásio, piscinas, vestiário, pista de atletismo, Auditório, Salão Nobre e outros;

10. Informar sobre a responsabilidade penal do desacato aos servidores públicos no exercício de sua função;

11. Orientar os estudantes sobre as normas de conduta em todas as dependências do CEP;

12. Designar um funcionário para as arquibancadas em horários de recreio;

13. Ampliar o acervo Bibliográfico na área de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Arte Dramática/Teatro;

14. Disponibilizar uma sala para acervo do material produzido pelas turmas dos cursos de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Comunicação e Arte;

15. Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos.

7.6 AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO E O DESEMPENHO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.

Ações a serem desenvolvidas

1. Promover o acesso aos laboratórios de informática;

2. Disponibilizar mais recursos tecnológicos e humanos para a produção de material audiovisual;

3. Intensificar a oferta de formação continuada sobre a utilização de ferramentas da informática;

4. Disponibilizar técnicos habilitados para operar os equipamentos do Laboratório e dos Estúdios de Produção de Áudio e Vídeo;

5. Informatizar o registro de notas e frequência, bem como o cálculo da média, mediante utilização de planilhas eletrônicas;
6. Ampliar o acesso a internet via rede wireless nos espaços do CEP;
7. Manter o agendamento de visitas dos estudantes à Biblioteca;
8. Manter uma estrutura de organização para o laboratório de informática, de modo que possam ser amplamente utilizados, atendendo a um agendamento prévio;
9. Efetuar manutenção dos equipamentos;
10. Disponibilizar mais computadores para professores e estudantes nas salas das coordenações e na biblioteca;
11. Utilizar, sempre que possível, os recursos tecnológicos disponíveis no CEP, em sala de aula;
12. Informar os recursos, materiais e equipamentos existentes para que os professores possam se organizar em relação às novas tecnologias e utilizar nas salas de aula;
13. Elaborar orientações para o uso adequado dos recursos disponíveis na escola;
14. Incentivar a produção de material didático e o emprego de metodologias que explorem os recursos tecnológicos;
15. Criar grupos de estudos do CEP para elaboração do material didático, estudo de documentos e elaboração de cursos de professores para professores entre as áreas afins;
16. Criar um Laboratório específico, com computadores equipados com programas (softwares) de edição de áudio, vídeo e foto para o curso Técnico em Produção de Áudio;
17. Criar estúdios de gravação de áudio (rádio) e vídeo (tv) para o curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo e setor de comunicação do CEP;
18. Criar um Laboratório de Informática específico para o curso Técnico em Edificações, com softwares específicos, (autopower, Hidros, office, windows seven);
19. Revitalizar e modernizar o canteiro de obras para o curso Técnico em Edificações, com disponibilização efetiva de aulas em Laboratórios de Eletricidade, Hidráulica, Mecânica dos Solos, Carpintaria, Topografia e Armação;
20. Montar um laboratório para práticas dos conteúdos trabalhados nos cursos Técnico em Administração e Secretariado;
21. Possibilitar manutenção dos equipamentos odontológicos, bem como aquisição de materiais de consumo de procedimento, de moldagem, de restauração e instrumentos

odontológicos para o curso Técnico em Saúde Bucal.

7.7 MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OFERTADA

Ações a serem desenvolvidas:

1. Realizar reuniões técnicas de estudo entre equipe pedagógica, coordenadores e docentes, com a finalidade de melhorar o desempenho docente e, dessa forma, assegurar a permanência do estudante e a qualidade de sua formação profissional;

2. Ampliar o acervo bibliográfico, para fortalecer os vínculos entre formação humana e profissional;

3. Estimular a participação de estudantes em estágios remunerados, com bolsa-auxílio para facilitar a aquisição de vale-transporte por parte dos educandos que necessitam de deslocamento;

4. Produzir um DVD referente às características de cada curso e suas ligações possíveis com o mundo do trabalho, com a finalidade de revitalizar o significado do curso para estudantes, professores e empresários;

5. Promover a formação continuada dos professores, com vistas a ampliar o entendimento sobre a concepção da Educação Profissional;

6. Agendar visitas técnicas em acordo com as necessidades das disciplinas e interesses dos estudantes, conforme previsto no Plano de Curso;

7. Dar continuidade à realização da Semana da Educação Profissional e de Mostras dos Cursos da Educação Profissional previstas em Calendário Escolar;

8. Estimular a participação dos estudantes em feiras e eventos das áreas específicas dos Cursos da Educação Profissional;

9. Recuperar a Rádio Intervalo;

10. Utilizar a Rádio Intervalo como laboratório para os cursos Técnico em Arte Dramática/Teatro e de Produção em Áudio e Vídeo, em acordo com agenda prévia e organização de cronograma para dias e horas de uso;

11. Organizar a programação da Rádio Intervalo a partir de projetos que atendam os Cursos Técnicos em Arte Dramática, de Produção de Áudio e Vídeo e ao Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná (GECEP);

12. Utilizar espaços alternativos como palco para encenações e realização de atividades extra-classe, quando necessário, desde que não haja interferência no andamento pedagógico do colégio;

13. Manter o espaço da sala 314 (trezentos e quatorze) como ambiente para ensaios;

14. Utilizar o palco do Auditório como laboratório para os Cursos Técnicos de Arte Dramática/Teatro (AD) e de Comunicação e Arte (TC), em acordo com agenda prévia e organização de cronograma, para dias e horas de uso, que estejam em consonância com outras disciplinas e setores que necessitem utilizar aquele espaço para eventos artísticos e/ou palestras e outros de interesse pedagógico;

15. Utilizar o camarim do Auditório como laboratório para a disciplina de Indumentária e Caracterização, prevista no Plano de Curso, em acordo com agenda prévia e organização de cronograma, para dias e horas de uso, que estejam em consonância com outras disciplinas e setores que necessitem utilizar o espaço para eventos artísticos e/ou palestras e outros de interesse pedagógico;

16. Garantir que o professor/encenador possa escolher o autor e a peça que deseja montar, bem como a quantidade mínima de récitas, desde que tomadas as devidas precauções e providências junto à Direção Geral e aos pais dos alunos menores;

17. Viabilizar a montagem de peças nos 3 (três) períodos do Curso Técnico Subsequente de Arte Dramática/Teatro e, pelo menos, em 2 (dois) períodos do Ensino Médio Integrado de Arte Dramática/Teatro;

18. Utilizar as montagens para debate sobre valores, estéticas e formação de plateia.

7.8 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Ações a serem desenvolvidas:

1. Garantir que o Agente Educacional I exerça o trabalho para o qual prestou concurso, uma vez que o desvio de função só pode ocorrer pelo prazo máximo de 6 meses. Os que apresentam laudo que não podem exercer a função para qual prestaram concurso devem passar por nova reavaliação médica, pois não estão cumprindo as exigências do edital (lei) de ter aptidão física para exercer a função;

2. Promover cursos de informática e palestras para os Agentes Educacionais I e II;
3. Garantir a participação de todos os Agentes Educacionais I e II na Semana Pedagógica, possibilitando a certificação da carga horária total do curso;
4. Garantir direitos iguais para funcionários novos que devem ter o mesmo direito de opinar;
5. Garantir mais contato entre funcionários, equipe pedagógica e D.A., pois assim podem surgir novas ideias e parcerias com vistas a melhorar a instituição;
6. Estimular maior contato entre funcionários e professores, com vistas a estabelecer mais parcerias;
7. Garantir mais informações aos funcionários e passá-las em tempo hábil para não haver desencontros no encaminhamento do trabalho diário;
8. Criar condições para que os funcionários tenham momentos de estudo e auxílio dos professores de diferentes disciplinas, desde que respeitada a carga horária de trabalho prevista em lei;
9. Garantir a igualdade de tratamento dos funcionários, que devem todos, sem distinção e em acordo com suas funções, reunir-se em mutirão para a realização de determinados trabalhos necessários durante certos períodos do ano;
10. Garantir que os professores, quando readaptados, priorizem a sua área de formação e, caso não seja possível, que sua readaptação atenda às prioridades pedagógicas da escola;
11. Garantir o respeito às especificidades das funções administrativas, bem como a qualificação dos funcionários e suas competências técnicas para o desempenho de suas funções;
12. Incentivar, internamente, o uso do nome “coordenação de setores”, e não mais “chefia” de setores;
13. Valorizar a qualificação profissional e a formação dos funcionários que atuam diretamente nos setores técnicos, dando-lhes oportunidade de serem indicados para a posição de coordenadores, respaldando-se no exemplo da secretaria dos colégios, cujo cargo de secretário geral deve ser ocupado por um Agente Educacional II. Assim sendo, acredita-se na competência e na possibilidade, através do processo democrático de eleição, também para a escolha desses profissionais;
14. Garantir a efetiva participação de todos os Agentes Educacionais I e II no processo de discussão dos rumos da Instituição, fazendo com que esses realmente

sintam-se pertencentes ao processo educativo;

15. Promover direitos iguais a professores e funcionários Agentes Educacionais I e II na realização de suas capacitações. Enquanto os professores se licenciam para a realização do PDE, Agentes Educacionais realizam seus cursos, pesquisas, trabalhos, entre outros, em finais de semana, sem auxílio de custo quando da necessidade de se deslocarem a outros locais para a realização dos mesmos. Solicita-se, inicialmente, junto à Instituição de ensino que leve tal temática à discussão nas Instâncias Competentes;

16. Ofertar alimentação adequada aos estudantes, em acordo com seu horário de aula.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 15/98. Brasília, 1998.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília, 1999.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876.

ESTANISLAU, Gustavo M; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (org.) **Saúde Mental na Escola: O que os Educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERREIRA, L.H. **Os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea na gestão escolar pública paranaense (1995-2002)**. Curitiba: 2002.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRIGOTTO, G. **A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. Revista Ideação Unioeste, 1995.

GEORGE, Lorene de. **Posse e valor: uma prática educativa em arte a partir da pinacoteca do CEP**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-editor, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. – 2a Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KUENZER, A. (org.) **Ensino Médio – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUNZ, E. **Educação Física: ensino e mudanças**. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOPES, A. C. **Políticas de currículo: recontextualização e hibridismo**. Currículo sem fronteiras. v. 6, n. 2, p. 50-64, Jul/Dez, 2005.

LUKÁCS, G. **Per l'ontologia dell'essere sociale** . Roma: Riuniti, 1976. v. 1. liv. 1.

MARX, K. **O Capital, livro I, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 287.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I p. 211.

MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria 141.

Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2007. Página 09

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Ensino fundamental na rede pública de ensino da educação básica do Estado do Paraná. Curitiba:SEED/SUED, 2005. Mimeog.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba, 2008.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985, VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.